



Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Programa Bairros Saudáveis

Relatório de Avaliação Independente



Paulo Miguel Madeira, João Guerra, David Avelar, Luísa Schmidt, João Ferrão
2023



Relatório de Avaliação Independente do Programa Bairros Saudáveis (1ª edição)

Equipa ODSlocal:

CNADS - Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Filipe Duarte Santos, Presidente do CNADS

João Ferrão, Coordenador do ODSlocal

Sofia CastelBranco da Silveira

Carla Martins

Liliana Leitão

OBSERVA / Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa | ICS-ULisboa

Luísa Schmidt

João Guerra

David Travassos

Paulo Miguel Madeira

Madalena Duque dos Santos

MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente | NOVA-FCT

Lia Vasconcelos

Filipa Ferreira

Zadapt – Serviços de Adaptação Climática

David Avelar

Pedro Garret

Paulo Vieira

Ana Guerreiro

Lisboa, dezembro de 2023

ÍNDICE

1. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BAIROS SAUDÁVEIS.....	5
2. CARATERIZAÇÃO GERAL DOS PROJETOS APOIADOS	8
3. CONTRIBUTOS DOS PROJETOS APOIADOS PARA OS ODS.....	14
4. IMPACTOS DOS PROJETOS APOIADOS NOS ODS	29
5. COMPONENTE PARTICIPATIVA DO PROGRAMA BAIROS SAUDÁVEIS	36
6. NOTAS FINAIS	47
7. REFERÊNCIAS	53
ANEXO	55

1. Avaliação do Programa Bairros Saudáveis

O Programa Bairros Saudáveis (PBS) foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros 52-A/2020 (de 1 de julho), no contexto dos confinamentos decorrentes da pandemia de COVID-19, que tornaram evidente a necessidade de associar a saúde pública à melhoria do habitat, das condições ambientais e da qualidade de vida das comunidades locais. Entrou em vigor em 1 de outubro de 2020, com um horizonte temporal até 31 dezembro de 2021, que depois foi sucessivamente prorrogado até 30 de junho de 2023.

O PBS financiou, com um montante máximo de 50.000 euros, projetos apresentados, através de concurso, por parcerias locais visando melhorias nesses territórios. A dotação do programa foi de 10 milhões de euros para o período 2020-2021, depois prolongado até 2022, sem aumento do valor total que inicialmente lhe foi atribuído. Note-se que o prazo para a execução dos projetos aprovados decorreu entre outubro de 2021 (quando foram assinados os protocolos de financiamento) e outubro de 2022 (mês em que terminaram as atividades dos projetos). Até junho de 2023, terminou-se a avaliação da execução física dos projetos.

Estamos perante um programa de carácter participativo, com o objetivo de promover melhores condições de saúde, bem-estar social e qualidade de vida em territórios social e economicamente vulneráveis. Adotou uma perspetiva que aborda a saúde não apenas como ausência de doença, mas também como bem-estar geral das populações nas suas várias e interrelacionadas dimensões, que passam pelo físico (corpo), mas também pelo social, pelo cultural e pelo ambiental. Uma abordagem da saúde que, afinal, assenta na promoção da qualidade de vida em comunidade.

Assim, e tal como se depreende das verbas mencionadas, trata-se de um programa que apoia pequenas intervenções, resultantes de projetos apresentados por associações, coletividades, organizações não governamentais, movimentos cívicos e organizações de moradores, em eventual articulação com as autarquias, autoridades de saúde e demais entidades públicas. Em suma, é um programa que tem como objetivo o empoderamento, no sentido de “poder fazer”, de pessoas e comunidades residentes ou organizações intervenientes em territórios vulneráveis.

Conforme consta na sua [página eletrónica](#), os objetivos específicos do PBS são:

- 1.** Promover iniciativas de desenvolvimento local e de capacitação das comunidades locais, dando apoio material e institucional à auto-organização da população e à sua participação na melhoria das respetivas condições de vida e dos determinantes em saúde;
- 2.** Viabilizar intervenções céleres e eficazes que criem comunidades mais resilientes, inclusivas e saudáveis, através da transformação do capital social e humano, da cidadania ativa e do trabalho em rede;
- 3.** Promover o desenho e a gestão participados na construção e requalificação de espaços públicos e/ou comuns mais seguros, inclusivos e saudáveis, que valorizem o desenvolvimento humano e a sustentabilidade ambiental;
- 4.** Eliminar barreiras ou fatores de discriminação, contribuindo para uma imagem positiva das diferentes comunidades que partilham o espaço local e combatendo informações falsas ou estigmatizantes.

Esta abordagem à saúde de um ponto de vista holístico e ao urbanismo saudável coloca o PBS em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, mesmo se mais com uns do que com outros. Neste contexto, concluída a vigência do programa, impunha-se a

sua avaliação final (Artigo 4.º do [Regulamento do Programa](#)), estando prevista a possibilidade de uma avaliação independente (Artigo 40.º). Neste contexto, foi estabelecido um protocolo de cooperação com a [Plataforma ODSlocal](#) – do qual resultou o presente relatório.

Nesse protocolo, ficou determinado que “a Plataforma propõe ao Programa um formulário inicial a enviar a todas as entidades promotoras e analisa as respostas recebidas. As respostas adequadas, recolhidas em tempo útil, constituirão a lista de projetos do primeiro nível de avaliação. O segundo nível incluirá os projetos que preencham devidamente os ‘impactos’ e as ‘metas’ do formulário. No terceiro nível, a Plataforma ODSlocal avalia a componente participativa do PBS, com base em informação recolhida por questionário e disponibilizada pelo programa à equipa técnica que elaborou o presente relatório. Os três níveis de avaliação contribuem para a síntese final da avaliação do Programa. É a partir deste caderno de encargos que foram estruturadas as etapas de avaliação que seguidamente se apresentam.

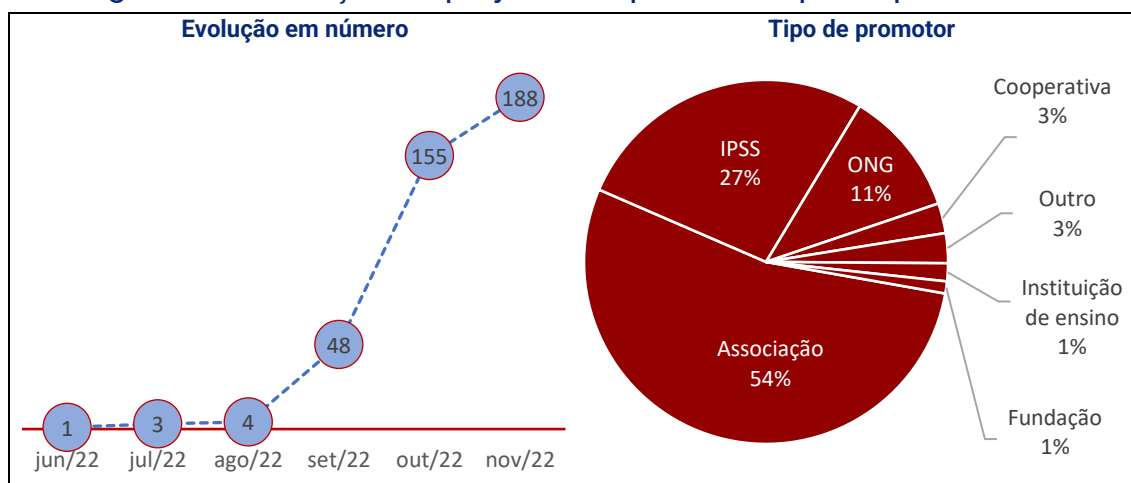
2. Caraterização geral dos projetos apoiados

Conforme previsto no protocolo de cooperação estabelecido entre o Programa Bairros Saudáveis (PBS) e a Plataforma ODSlocal, os projetos do PBS foram mapeados no portal ODSlocal, através de uma página dedicada a cada projeto, o que permitiu obter informação relativa a cada um e ao conjunto dos projetos apoiados, bem como aos objetivos e resultados de cada projeto. Este mapeamento foi obtido através do preenchimento, pela equipa de cada projeto, de um formulário disponível no portal ODSlocal (ver Anexo 1, questionário de registo de projetos no portal ODSlocal). Os 188 projetos mapeados correspondem a 78,3% do total de 240 projetos apoiados o que, dada a não obrigatoriedade de preenchimento, denota uma taxa de resposta suficientemente elevada para garantir representatividade estatística e robustez de resultados.

2.1. Tipo de entidades promotoras

Entre junho e o final de novembro de 2022, foram mapeados 188 projetos PBS no portal ODSlocal, a um ritmo inicialmente reduzido e que depois se intensificou exponencialmente até ao final deste período (ver Figura 1). Mais de metade dos promotores são associações (101, correspondentes a 54% do total), a que se seguem IPSS (28,7%) e ONG (12,7%). As cooperativas (3%), as instituições de ensino (1%) e as fundações também surgem com alguma expressão. O grande peso das associações indicia que o programa conseguiu uma forte disseminação dos seus objetivos pelo tecido social, pois é este o tipo de entidades que mais facilmente podem ser criadas por grupos de cidadãos ligados por relações de vizinhança organizadas para uma finalidade específica.

Figura 1 — Evolução de projetos mapeados e tipo de promotores



Fonte: elaboração própria a partir dos projetos recenseados

Conforme se constata pelo expressivo número de IPSS e de ONG apoiadas, a mobilização de grupos que podem estar pouco formalizados e profissionalizados (através de associações) não inviabilizou a participação de entidades que já requerem uma boa capacidade organizacional, e que por isso têm mais probabilidades de conseguir concretizar projetos com maior dimensão e/ou complexidade.

2.2. Distribuição territorial

A distribuição territorial dos projetos apoiados (Figura 2) mostra que existe uma forte coincidência com as áreas de maior densidade populacional e socioeconómica do país – a faixa de Setúbal a Braga e o Algarve litoral. Isto é expectável num programa que se dirige “às comunidades residentes em bairros, zonas ou territórios” (Artigo 8.º do [Regulamento do Programa Bairros Saudáveis](#)). Metade dos projetos registados no portal ODSlocal localizam-se nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa.

O mapa com a implantação espacial dos projetos (Figura 2) mostra, contudo, que foi conseguida também uma importante penetração do programa em áreas do interior. Isto é evidente na dispersão de projetos no

Norte interior e na Beira Alta, mas também na sua presença no Baixo Alentejo. As áreas mais descobertas são as do Centro, Ribatejo e Alto Alentejo, o que se constata igualmente na distribuição do número de projetos por NUTS 3 (gráfico da direita), onde a Lezíria do Tejo, o Médio Tejo e o Alto Alentejo surgem com números muito reduzidos, a par das sub-regiões do Tâmega e de Leiria.

Figura 2 – Distribuição territorial dos projetos PBS



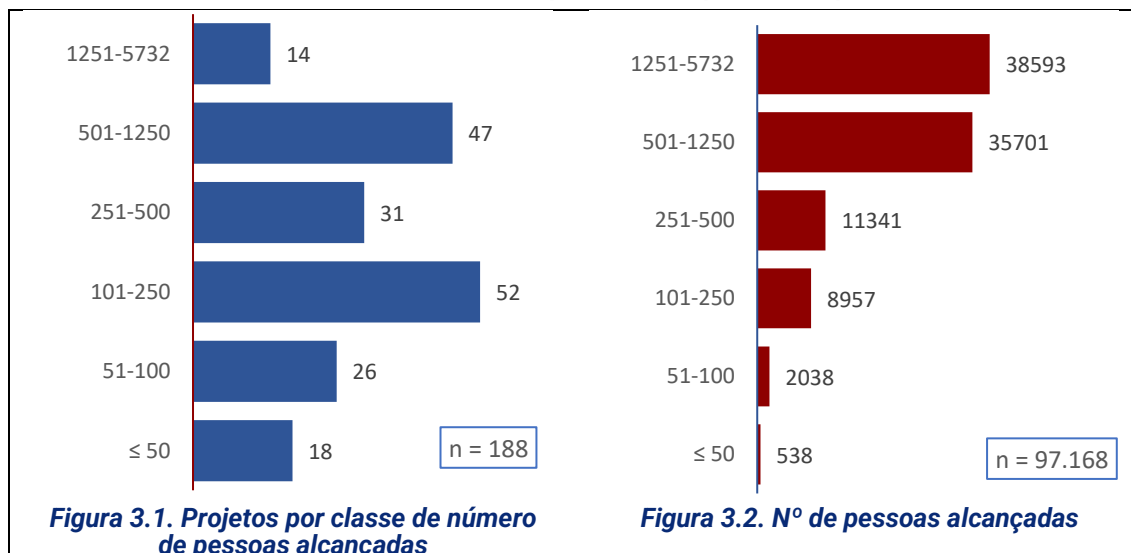
Fonte: elaboração própria a partir dos projetos recenseados

2.3. Número de pessoas alcançadas pelos projetos

O número de pessoas alcançadas por cada projeto executado consta dos respetivos relatórios finais de atividades disponibilizados pelo Programa

Bairros Saudáveis à Plataforma ODSlocal para a elaboração deste relatório. Optámos, por isso, por utilizar esta informação, considerando apenas os dados relativos aos 188 projetos registados no portal ODSlocal.

Figura 3 — Alcance dos projetos apoiados pelo PBS



Fonte: elaboração própria a partir dos projetos recenseados

Estes projetos reportaram ao PBS um número de pessoas por si alcançadas que perfaz, no total, quase 100 mil pessoas (97.168). Enquanto em termos de número de projetos por classe de pessoas alcançadas se regista alguma concentração nas classes de dimensão intermédia, se bem que irregular, o maior número de pessoas alcançadas resulta sobretudo de projetos das classes com valores mais elevados, ou seja, mais de 500 pessoas. Isto constata-se porque, na nossa amostra, menos de um terço dos projetos (n = 61) alcançou mais de 500 pessoas (i.e., um pouco mais de 75% da população de alguma forma envolvida nas ações dos projetos). A classe com maior número de projetos é a daqueles que se situaram entre 100 e 250 pessoas alcançadas, mas cujo total não chega a 9.000.

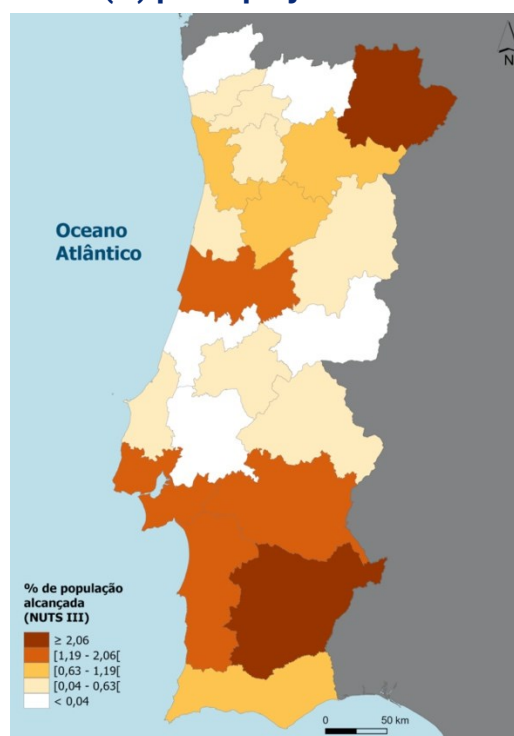
Ao analisarmos a distribuição territorial (por NUTS III) dos cidadãos envolvidos nas atividades dos projetos PBS, constatamos sem surpresa que as regiões onde mais população foi alcançada correspondem, em geral, às mais populosas – áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, o

Algarve, a Região de Coimbra e o Oeste (Quadro 1). Mas, naturalmente, esta correspondência não é perfeita. O Alentejo Central, pouco povoado, destaca-se pelo elevado número de pessoas que beneficiaram destes projetos. Inversamente, algumas NUTS III mais populosas, como o Ave, o Cávado e Aveiro, destacam-se por terem um número muito reduzido de pessoas alcançadas pelo PBS.

Quadro 1 – População alcançada pelos projetos do PBS

NUTS III / CIM	População	Nº pessoas alcançadas	% pop. alcançada
Terras de Trás-os-Montes	107272	4959	4,62
Baixo Alentejo	114863	4399	3,83
Alentejo Central	152444	3127	2,05
Alentejo Litoral	96442	1357	1,41
AM de Lisboa	2870208	40169	1,40
Região de Coimbra	436862	5840	1,34
Viseu Dão Lafões	252777	2972	1,18
Algarve	467343	5052	1,08
Douro	183875	1871	1,02
AM do Porto	1736228	17377	1,00
Oeste	363511	2270	0,62
Tâmega e Sousa	408637	2471	0,60
Beiras e Serra da Estrela	210602	1180	0,56
Cávado	416605	1549	0,37
Médio Tejo	228581	720	0,31
Ave	418455	1139	0,27
Alto Alentejo	104923	176	0,17
Região de Aveiro	367403	480	0,13
Alto Tâmega	84248	22	0,03
Lezíria do Tejo	235861	26	0,01
Região de Leiria	286752	12	0,00
Alto Minho	231266	0	0,00
Beira Baixa	80751	0	0,00

Figura 4 – População alcançada (%) pelos projetos PBS



Fonte: elaboração própria a partir dos projetos recenseados

O mapa relativo à percentagem de população alcançada pelo PBS em cada região NUTS III (Figura 4) mostra que em algumas áreas muito pouco povoadas, como Trás-os-Montes e o Baixo Alentejo, ocorreu a maior penetração nas populações. Destaca-se depois um segundo grupo, com taxas acima de 1,2%, onde se incluem a Área Metropolitana de Lisboa, o Alentejo Central e Litoral e a Região de Coimbra. Pelo lado negativo, assinala-se a ausência de qualquer projeto no Alto Minho e na Beira Baixa, e taxas de população alcançada quase nulas no Alto Tâmega, na Lezíria do Tejo na Região de Leiria. Este mapa confirma a ideia de que o PBS

conseguiu uma penetração relevante nalgumas áreas do interior, não só em número de projetos, mas também no que respeita à parcela de população alcançada.

3. Contributos dos projetos apoiados para os ODS

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) não são estanques, ficando evidentes interpenetrações entre eles e entre as várias áreas que abordam. O agrupamento destes 17 ODS em cinco dimensões temáticas torna-se, assim, algo problemático, mas é aqui assumido como um instrumento de análise que permite uma leitura mais sistematizada da evolução do desempenho de territórios, ou de contributos de entidades de diversa natureza para que esta agenda tenha sucesso. Nesse sentido, os dezassete ODS procuram responder aos desafios da sustentabilidade focando, em particular, cinco P's - Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria.

3.1. Contributos para as principais dimensões temáticas dos ODS

Na resolução da Assembleia Geral da ONU de Nova Iorque (UN General Assembly, 2015), onde foram instituídos os ODS com o horizonte de 2030, assume-se a sua interligação e indivisibilidade, conciliando as várias dimensões do Desenvolvimento Sustentável num enquadramento relativamente inovador que, ainda assim, tem similitudes com o enquadramento anterior (Guerra *et al.*, 2019).

Trata-se, afinal, de um novo plano de ação para as Pessoas (sociedade), o Planeta (ambiente) e a Prosperidade (economia) que resgata o espírito e a visão do Relatório Brundtland – satisfazer as necessidades das gerações presentes, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras virem a satisfazer as suas próprias necessidades (CMAD, 1987) – num enquadramento que reformula a quarta dimensão tradicional do desenvolvimento sustentável (i.e., a dimensão institucional) que agora

surge subdividida em duas dimensões (P's) instrumentais (Guerra e Lourenço, 2018):

- Parcerias para os ODS, que procura garantir recursos e apoios para os ODS e, em particular, para comunidades e países menos preparados para enfrentar os desafios;
- Paz, justiça e Instituições eficazes, que promove sociedades pacíficas e inclusivas, capazes de proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas (Figura 5).

Figura 5 – Os 17 ODS e as suas 5 dimensões



Fonte: ODSlocal (www.odslocal.pt)

Porque os objetivos do PBS são ações concretas que visam melhorar as condições de vida nos bairros, e não tanto aspetos instrumentais, circunscrevemos esta análise aos três objetivos (P's) finais – i.e., Pessoas, Planeta, Prosperidade.

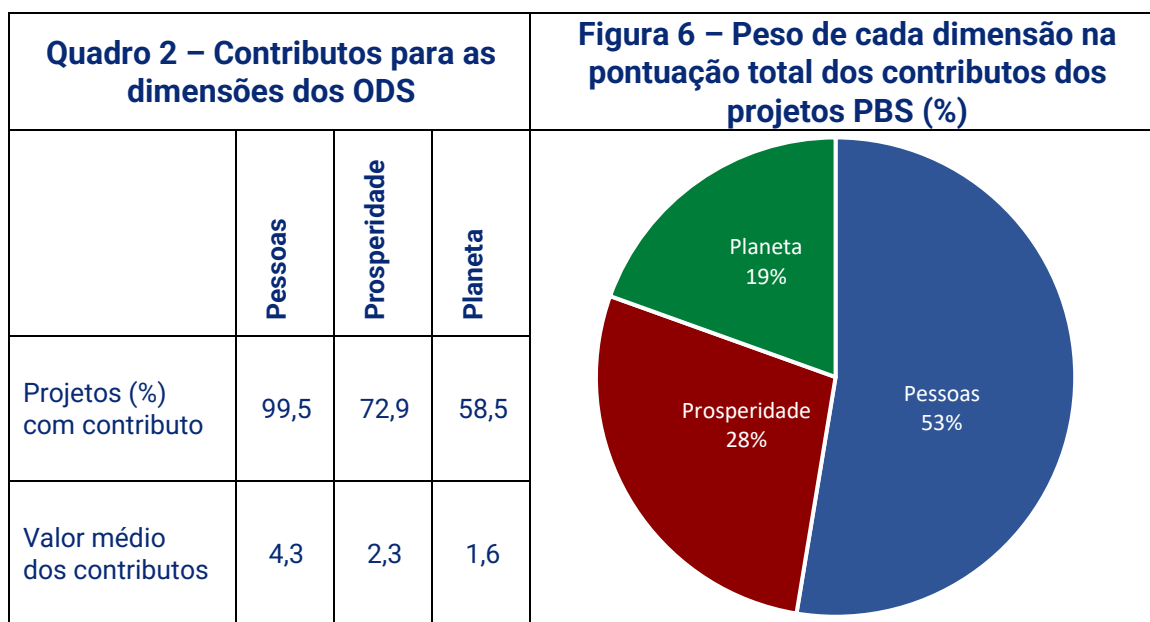
O questionário aos projetos apoiados pelo Programa Bairros Saudáveis pediu que os respondentes indicassem, numa escala de -5 a 5, os contributos do seu projeto para as três dimensões do desenvolvimento

sustentável (económica, social e ambiental) e também os contributos para cada um dos 17 ODS, com a mesma escala. Um valor negativo de um dado projeto numa destas dimensões significa que ele contribui para ela de forma negativa. Isto pode acontecer porque, dada a natureza muito abrangente dos 17 ODS, um projeto pode contribuir positivamente para algum (ou alguns) deles e negativamente para outro (ou outros). Note-se, contudo, que apenas foram registados 14 contributos negativos para os diferentes ODS, num total potencial de quase 3.200 (188 projetos x 17 ODS).

Quase todos os projetos contribuíram para a dimensão Pessoas, perto de três quartos contribuíram para a dimensão Prosperidade e mais de metade para a dimensão Planeta (Quadro 2). Mas as diferenças aumentam quando se inclui a intensidade desses contributos (medida pela escala aplicada). Isso é notório, pois o valor médio para a dimensão Pessoas é quase o dobro da média da dimensão Prosperidade e não está longe do triplo do valor médio da dimensão Planeta. Por outro lado, quando somamos a pontuação dos contributos dos projetos para cada dimensão e calculamos a respetiva percentagem (Figura 6), constata-se a mesma sequência – maior peso da dimensão Pessoas (53% da pontuação dos contributos), seguida da Prosperidade (28%) e do Planeta (19%).

Correspondendo a dimensão Pessoas à dimensão social do conceito de desenvolvimento sustentável, a sua proeminência entre os contributos dos projetos apoiados pelo PBS não surpreende. Ela corresponde aliás a uma sintonia desses projetos com os objetivos do programa, que quis associar a saúde pública à melhoria do habitat, das condições ambientais e da qualidade de vida das populações ao nível local. Nesta organização dos ODS em dimensões, a saúde de qualidade (ODS 3) insere-se justamente na dimensão Pessoas, estando as questões ambientais mais associadas à

dimensão Planeta e as da qualidade de vida associadas ao conjunto das três dimensões.



Fonte: elaboração própria a partir dos projetos recenseados

O que merece alguma reflexão é a reduzida contribuição para a dimensão Planeta, pois é aqui que estão agrupados os ODS relativos ao clima e aos ambientes terrestres e marinhos. Num programa que tem entre os seus objetivos melhorar as condições ambientais, poderia esperar-se que os projetos apoiados dessem a estas questões uma atenção, pelo menos, semelhante à que dão às questões da Prosperidade. Podemos colocar algumas hipóteses sobre as razões desta discrepância da dimensão Planeta face às outras duas dimensões. Por os valores obtidos serem resultado de uma autoavaliação, não é de excluir que os promotores dos projetos mapeados tenham um conhecimento algo deficiente dos ODS e das suas implicações para estas três categorias. Em alternativa, ou adicionalmente, podemos supor que o facto de a sociedade portuguesa ter uma grande parcela de populações carenciadas em domínios sociais básicos fez com que as entidades proponentes se tenham centrado em ações para aí dirigidas, dando menos prioridade às questões ambientais, mesmo que não as ignorando.

É também de admitir a hipótese de as intervenções vocacionadas para a construção e requalificação de espaços públicos e/ou comuns (as mais diretamente ligadas às condições ambientais à escala dos bairros, sob responsabilidade sobretudo das autarquias locais) terem sido objeto de menos iniciativas por serem mais dispendiosas e/ ou complexas. Junta-se, depois, o facto de o PBS ter sido pensado e desenvolvido centrado nas pessoas e suas necessidades mais básicas, de que a saúde é elemento crucial.

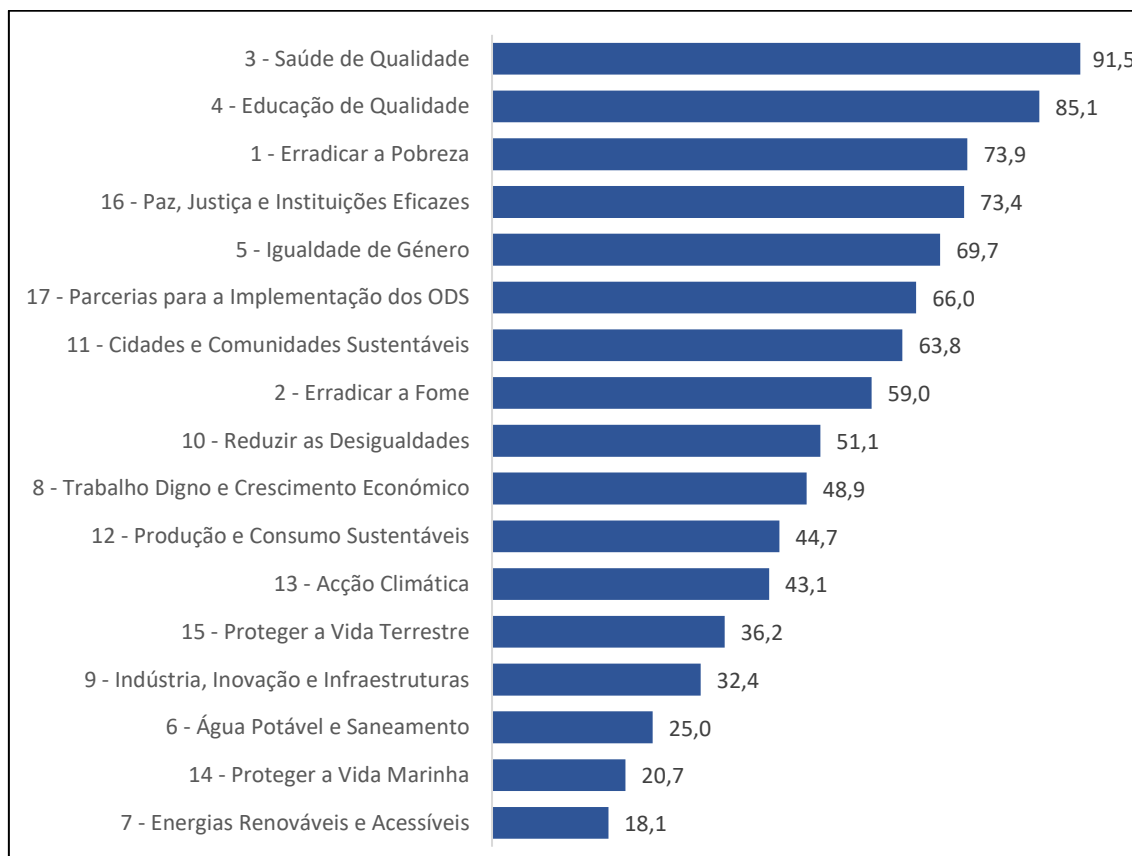
3.2. Contributos dos projetos para cada ODS

Quando olhamos para os contributos para cada ODS assinalados pelos projetos apoiados pelo PBS, constatamos sem surpresa que o ODS 3-Saúde de Qualidade é aquele que recebe contributos de mais projetos, acima de 90% (Figura 7). Seguem-se o ODS 4-Educação de Qualidade (recebeu contributos de 85,1% dos projetos), o ODS 1-Eradicar a Pobreza (73,9%), o ODS 16-Paz, Justiça e Instituições Eficazes (73,4%) e, em quinto lugar, o ODS 5-Igualdade de Género (69,7%). Note-se a clara e inquestionada presença de objetivos vocacionados para abordar as questões sociais e socioeconómicas, numa lista de primazia só entrecortada pelos objetivos instrumentais (16 e 17) e que deixa as questões ambientais, coerentemente com o que seria de esperar em função do desenho do Programa e de acordo com a análise anterior, relegadas para segundo plano.

Assim, ainda segundo a Figura 7, os contributos para a educação surgem num destacado segundo lugar, o que pode ser visto como resultado do papel que a esta área pode ser atribuído às questões da sensibilização, da literacia (inclusive para a saúde) e do empoderamento – *i.e.*, educação para a saúde –, contribuindo, portanto, para o ODS 3-Educação de

Qualidade. Esta hipótese poderia ser aferida através de uma análise da descrição dos projetos.

Figura 7 – Projetos com contribuição para cada ODS (%)



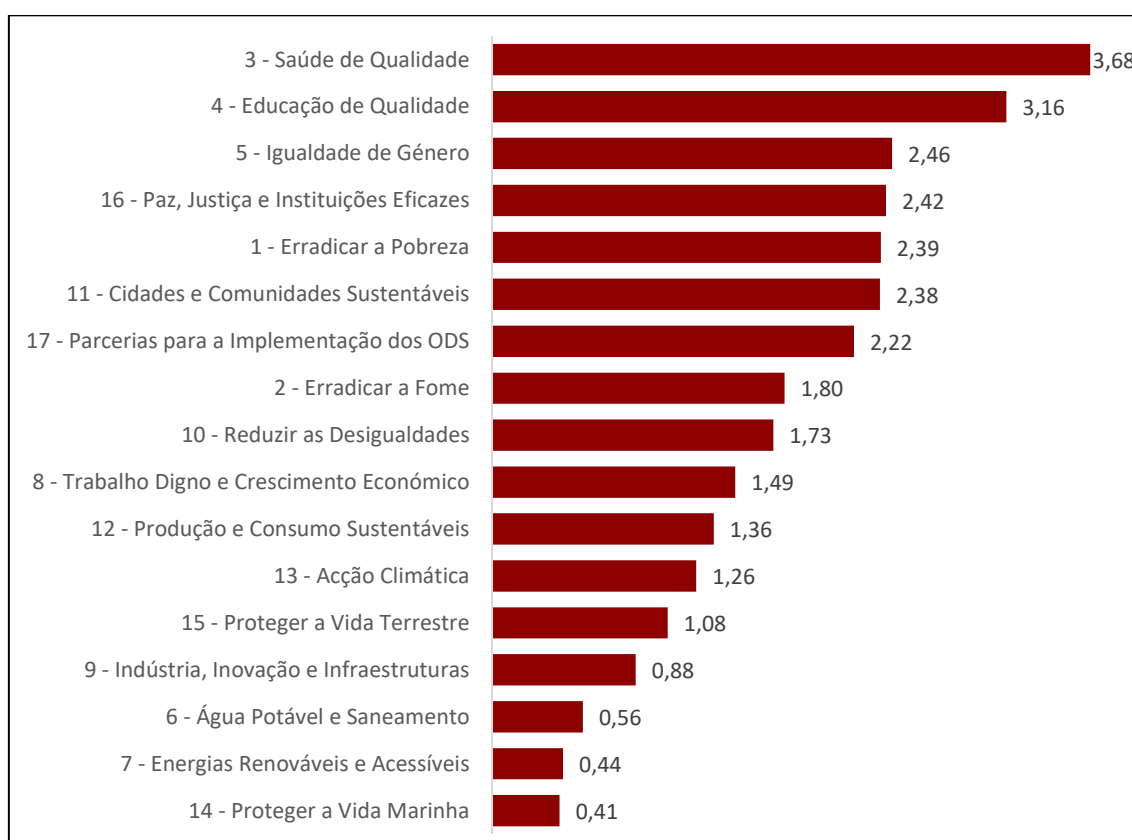
Fonte: elaboração própria a partir dos projetos recenseados

Os ODS que aparecem no final da lista são os relativos a questões ambientais e económicas, correspondentes às dimensões Planeta e Prosperidade. Dos seis ODS para que menos projetos contribuem, quatro respeitam diretamente ao habitat e às condições ambientais. O facto de o ODS para que menos projetos contribuem ser o 7-Energias Renováveis e Acessíveis (18,1%) reforça a ideia de que a pequena dimensão dos projetos que o PBS visava apoiar dificultava o surgimento de iniciativas com contributos em áreas para cuja intervenção, por norma, são necessários recursos técnicos e materiais importantes. Note-se que outros ODS do final desta lista (ODS 9-Indústria, Inovação e Infraestruturas e ODS 6-Água

Potável e Saneamento) respeitam a áreas onde a intervenção por norma necessita também de capacidade organizacional e escala de atuação.

Por outro lado, se virmos o "copo meio cheio" não deixa de ser surpreendente que quase 1/5 dos projetos do PBS contribuam para estes ODS. A expectativa poderia ser menor dado o propósito do programa, portanto também podemos "concluir" que é interessante ver como um programa cujo foco é social tenha tantos contributos para questões ambientais o que evidencia a tal interligação entre ODS.

Figura 8 – Valor médio dos contributos dos projetos para cada ODS



Fonte: elaboração própria a partir dos projetos recenseados

Ao observar o valor médio dos contributos (Figura 8) dos projetos para cada ODS (assinalado por cada projeto, numa escala de -5 a 5, conforme explicado acima), mantém-se a proeminência do ODS 3-Saúde de Qualidade (3,68) e do ODS 4-Educação de Qualidade (3,16). Nos lugares seguintes, surgem os mesmos ODS da lista anterior, mas com uma ordem

diferente e com valores muito semelhantes entre si, a que se junta o ODS 11-Cidades e Comunidades Sustentáveis. Esta diferença nos dois gráficos significa que há ODS para os quais os projetos contribuem com mais intensidade do que para outros, e vice-versa, independentemente de esses ODS receberem contributos de mais ou menos projetos. Assim, 63,8% dos projetos contribuíram para o ODS 11, mas com uma pontuação média dos contributos idêntica à registada para o ODS 1 e o ODS 16, que reúnem contributos de 73,9% e 73,4% dos projetos, respetivamente.

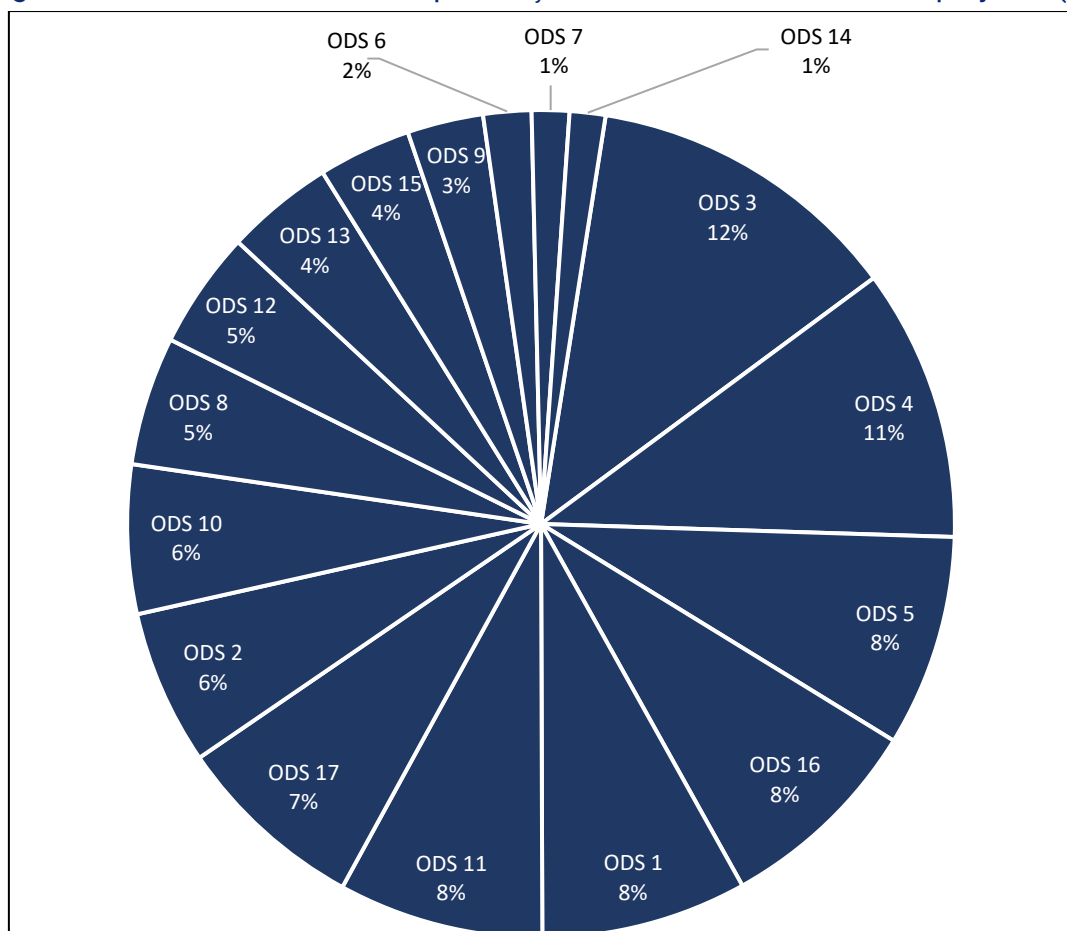
Estes resultados não são surpreendentes, na medida em que os ODS com valores mais altos estão em geral alinhados com os Objetivos do PBS, com destaque para a saúde, que surge em primeiro nestas duas métricas. Naturalmente, era de esperar à partida que mais projetos contribuíssem para os ODS a que as prioridades do PBS mais diretamente se dirigem, e que o fizessem com maior intensidade do que aquela com que podem contribuir para outros ODS.

Note-se também que os ODS com menor valor médio dos contributos coincidem com aqueles para que menos projetos contribuem. No entanto, no caso dos contributos, as diferenças entre os valores mais elevados (ODS da dimensão Pessoas) e os mais baixos (sobretudo da dimensão Planeta e também da Prosperidade) são ainda maiores do que as diferenças entre os ODS para que mais e menos projetos contribuem – neste caso, cerca de cinco para um, enquanto na pontuação a diferença é de nove para um. Isto mostra que, além de relativamente poucos projetos contribuírem para estes ODS, provavelmente pelas razões já avançadas, o fazem de modo menos intenso do que acontece em relação aos contributos para os ODS a que mais projetos se dirigem. Provavelmente, porque os contributos para os ODS com valores mais baixos resultam sobretudo de projetos que não se lhes dirigem especificamente, mas que

obtêm resultados que de algum modo contribuem subsidiariamente para eles.

Esta lógica mantém-se numa terceira métrica, que resulta de se considerar a pontuação total atribuída pelos projetos ao conjunto dos 17 ODS e, depois, calcular a percentagem dessa pontuação que resulta de contributos para cada um deles (Figura 9). Também aqui surgem claramente destacados o ODS3-Saúde de Qualidade (12%) e o ODS 4-Educação de Qualidade (11%), seguidos dos ODS 5, ODS 16 e ODS 1, os três com 8%. Neste gráfico, apesar de a sequência dos ODS ordenados ser igual à da figura 8, estão representadas variáveis distintas, que refletem aspetos diferentes dos contributos dos projetos apoiados pelo PBS para os 17 ODS.

Figura 9 – Peso de cada ODS na pontuação total dos contributos dos projetos (%)



Fonte: elaboração própria a partir dos projetos recenseados

Foi também calculada a matriz com as correlações (coeficiente de Pearson) entre os 17 ODS, a partir dos valores (na escala de -5 a 5) com que cada projeto contribuiu para cada um deles (Quadro 3). Isto permite perceber, quando um projeto contribui para um dado ODS, em que medida tende a contribuir também para os restantes ODS (benefícios recíprocos, quando há correlação positiva significativa, aqui medida através do R^2 (proporção da variação da variável dependente que é explicada pela variável independente)).

Quadro 3 – Correlações entre os contributos dos projetos para cada ODS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	ODS
1,00	0,54	0,21	0,15	0,22	0,27	0,23	0,44	0,37	0,29	0,31	0,18	0,11	0,23	0,21	0,38	0,20	1
	1,00	0,26	0,07	0,17	0,42	0,29	0,34	0,28	0,28	0,29	0,42	0,38	0,36	0,38	0,25	0,24	2
		1,00	0,09	0,16	0,17	0,00	0,01	-0,02	0,10	0,07	0,03	0,01	0,14	0,03	0,17	0,13	3
			1,00	0,47	0,16	0,06	0,27	0,11	0,24	0,22	0,02	-0,04	0,10	0,12	0,30	0,14	4
				1,00	0,26	0,18	0,40	0,18	0,23	0,20	0,19	0,12	0,15	0,15	0,37	0,12	5
					1,00	0,61	0,39	0,39	0,18	0,33	0,38	0,39	0,52	0,44	0,21	0,17	6
						1,00	0,49	0,42	0,11	0,33	0,38	0,41	0,43	0,27	0,14	0,18	7
							1,00	0,51	0,45	0,59	0,43	0,32	0,37	0,28	0,27	0,22	8
								1,00	0,37	0,48	0,36	0,32	0,32	0,31	0,19	0,11	9
									1,00	0,53	0,23	0,19	0,26	0,27	0,28	0,20	10
										1,00	0,41	0,35	0,39	0,39	0,28	0,33	11
											1,00	0,69	0,42	0,44	0,18	0,36	12
												1,00	0,46	0,68	0,14	0,29	13
													1,00	0,48	0,22	0,24	14
														1,00	0,18	0,29	15
															1,00	0,33	16
																1,00	17

Fonte: elaboração própria a partir dos projetos recenseados

A matriz revela que não há correlações negativas significativas entre os contributos para os vários ODS: registam-se apenas duas correlações negativas (de -0,036 e de -0,023) de valor negligenciável. Entre o total de 135 pares de correlação, existe aliás um grande número com valor negligenciável (até 0,2) e baixo (até 0,4). Mas 25 pares apresentam valores de correlação substancial a elevado (entre 0,4 e 0,7).

Os ODS que apresentam maiores correlações, logo benefícios recíprocos mais relevantes ($R^2 > 0,5$), são:

- R^2 0,694: Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Climática (ODS 13)
- R^2 0,679: Ação Climática (ODS 13) e Proteger a Vida Terrestre (ODS 15)
- R^2 0,614: Água Potável e Saneamento (ODS 6) e Energias Renováveis e Acessíveis (ODS 7)
- R^2 0,592: Trabalho Digno e Crescimento Económico (ODS 8) e Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11)
- R^2 0,542: Erradicar a Fome (ODS 2) e Saúde de Qualidade (ODS 3)
- R^2 0,528: Reduzir as Desigualdades (ODS 10) e Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11)
- R^2 0,522: Água Potável e Saneamento (ODS 6) e Proteger a Vida Marinha (ODS 14)
- R^2 0,506: Trabalho Digno e Crescimento Económico (ODS 8) e Indústria, Inovação e Infraestruturas (ODS 9)

É notória a escassa presença nesta lista dos ODS que receberam mais contributos, e mais intensos, dos projetos apoiados. O ODS 3 (Saúde de qualidade), aquele para que mais projetos contribuíram e com mais intensidade, surge com uma correlação forte apenas com o ODS 2 (Erradicar a fome). O ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) é aquele que apresenta maior número de correlações elevadas com outros: três. Seguem-se o ODS 6, ODS 8 e ODS 13, que surgem com duas correlações elevadas com outros. Note-se que os pares mais fortemente correlacionados há uma forte presença de ODS ligados a infraestruturas e produção, indicando que houve um conjunto de projetos apoiados ligados a estas atividades que se reforçaram mutuamente, apesar do seu reduzido número. Inversamente, os projetos mais dirigidos aos objetivos centrais, e em maior número, terão contribuído para um conjunto mais diversificado de ODS, não aparecendo, por isso, entre os pares com correlações mais altas.

Para percebermos melhor como é que os contributos dos projetos para os diferentes ODS se relacionam entre si, procedemos a uma análise fatorial, pelo método de análise de componentes principais (ACP), dos contributos dos 188 projetos da nossa base de dados para os 17 ODS. A análise fatorial permite reduzir um número elevado de variáveis a um pequeno conjunto de fatores, os quais podem ser lidos como variáveis complexas que têm uma associação elevada a algumas das variáveis iniciais. A finalidade é sumariar a informação inicial, tornando mais claras as relações entre as variáveis em análise e o modo como estas se relacionam entre si, olhando para as suas intercorrelações (Pallant, 2007).

Com recurso ao software SPSS Statistics, foi realizada uma análise de componentes principais, cujos testes específicos revelaram uma boa adequação dos dados usados a este tipo de tratamento estatístico: o resultado do teste de esfericidade de Bartlett é inferior a 0,01 (o valor de referência para considerar os dados adequados é $< 0,05$) e a medida de KMO é de 0,828 (sendo 0,6 o valor mínimo). Isto permitiu considerar o procedimento válido e prosseguir com a análise e interpretação dos resultados.

Quadro 4 – Fatores retidos e variância explicada

<i>Fator</i>	<i>Autovalor inicial</i>	<i>Variância explicada (%)</i>	<i>Variância explicada (% acumulada)</i>
1	5,641	33,181	33,181
2	1,855	10,911	44,093
3	1,295	7,617	51,710
4	1,163	6,840	58,550
5	1,119	6,581	65,131

Fonte: elaboração própria a partir dos projetos recenseados

A extração dos fatores revelou que um primeiro surge destacado dos outros, explicando 33% da variância dos dados (Quadro 4). Um segundo fator explica perto de 11%, e os três seguintes entre 6,6% e 7,6% cada.

Porque os dois primeiros fatores não chegam a explicar metade da variância e os três seguintes explicam valores muito próximos entre si, optamos por reter os cinco para análise. Note-se que no conjunto explicam quase dois terços da interação entre as 17 variáveis usadas – os contributos dos projetos apoiados pelo PBS para os 17 ODS.

A matriz inicial de componentes foi rodada pelo método Varimax com normalização de Kaiser, resultando a matriz do Quadro 5. Esta revela que os fatores estão definidos robustamente, cada um deles com um conjunto de variáveis associado com correlações substanciais ($R^2 > 0,6$) e nalguns casos elevadas ($R^2 > 0,75$).

Quadro 5 – Matriz de componentes rodada

Fator Var.	1	2	3	4	5
ODS13	0,82	0,101	0,319	-0,069	-0,018
ODS15	0,729	0,151	0,235	0,062	0,055
ODS12	0,719	0,234	0,269	-0,004	0,037
ODS17	0,61	0,154	-0,232	0,215	0,23
ODS14	0,494	0,148	0,469	0,078	0,184
ODS10	0,184	0,723	-0,106	0,197	0,112
ODS11	0,37	0,705	0,116	0,159	0,025
ODSO8	0,162	0,677	0,394	0,27	0,036
ODSO9	0,111	0,657	0,44	-0,016	0,008
ODSO7	0,208	0,193	0,783	0,06	0,009
ODSO6	0,29	0,075	0,751	0,173	0,233
ODSO4	-0,017	0,134	0,034	0,818	-0,012
ODS5	0,041	0,109	0,221	0,781	0,091
ODS16	0,205	0,242	-0,083	0,513	0,384
ODS3	0,023	-0,168	0,011	0,16	0,738
ODS2	0,321	0,262	0,273	-0,068	0,647
OODS1	-0,037	0,518	0,174	0,053	0,638

Fonte: elaboração própria a partir dos projetos recenseados

O primeiro fator extraído é definido por correlações fortes com os contributos para:

ODS 13 – Ação Climática (R^2 0,82)

ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre (R^2 0,729)

ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis (R^2 0,719)

ODS17 – Parceiras para a Implementação dos ODS (R^2 0,61)

ODS14 – Proteger a Vida Marinha (R^2 0,494)

Estas associações levam a identificar o Fator 1 da ACP realizada como “Fator Planeta e Parcerias”, visto que são as elevadas associações aos ODS desta dimensão que o definem, acompanhado pelo ODS relativo às parcerias. O facto de o fator com maior poder explicativo da variação dos contributos dos vários projetos ser definido por ODS (que aqui são variáveis) que recebem um número relativamente reduzido de contributos e com baixa intensidade média desses contributos pode ser surpreendente, ou até contraintuitivo. Isso significa que um número relativamente reduzido de projetos tem contributos para os ODS relacionados com as condições ambientais, os quais constituem a principal diferenciação entre o conjunto total de contributos dos projetos para os 17 ODS. Inversamente, os ODS que recebem mais contributos e de maior intensidade – sobretudo da dimensão Pessoas – constituem um grupo menos diferenciado do que os restantes. Isto é atestado pelo facto de os fatores com menor poder explicativo (o 5 e o 4) da variância dos contributos serem definidos sobretudo por correlações fortes com estes ODS.

Assim, o Fator 5 pode ser designado como “Saúde e Pobreza”, por ser definido por correlações fortes com os contributos para:

ODS 3-Saúde de Qualidade (R^2 0,738)

ODS 2-Eradicar a Fome (R^2 0,647)

ODS 1-Eradicar a Pobreza (R^2 0,638)

Por seu lado, o Fator 4 pode ser designado como “Condições Sociais”, por ser definido por correlações fortes com os contributos para:

ODS 4-Educação de Qualidade (R^2 0,818)

ODS 5-Igualdade de Género (R^2 0,781)

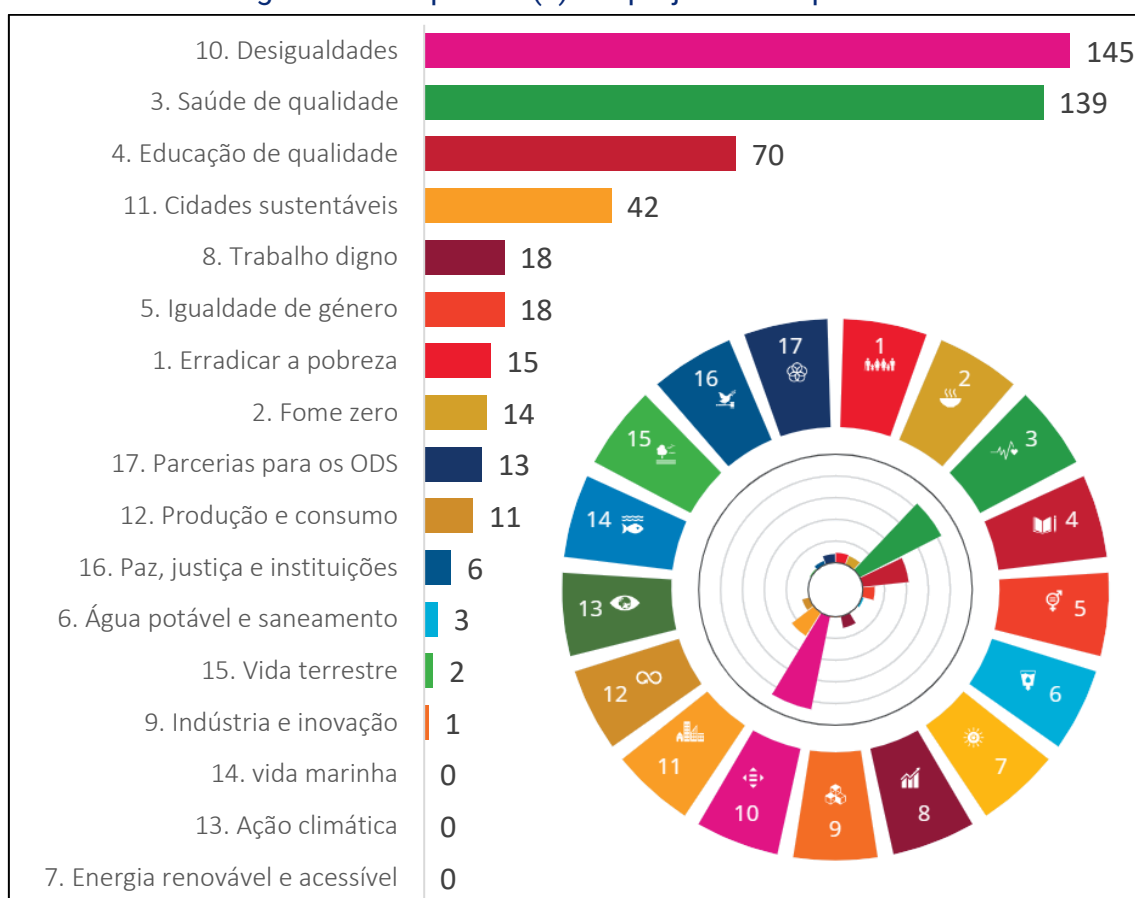
ODS 16-Paz, Justiça e Instituições Eficazes (R^2 0,513)

As maiores associações a cada um destes dois fatores são com os dois ODS para que mais projetos contribuíram, e com maior intensidade, sendo o Fator 5 sobretudo relativo a “Bem-estar”, apresentando o Fator 4 um caráter mais disperso. Note-se também que os fatores 2 e 3 estão bem definidos do ponto de vista temático, correspondendo a ODS sobretudo relacionados com a “Produção e Distribuição de Rendimento, no primeiro caso, e com a as “Infraestruturas Básicas”, no segundo caso.

4. Impactos dos projetos apoiados nos ODS

O formulário disponível no portal ODSlocal a que as equipas responsáveis pelos projetos apoiados responderam pedia também que fossem indicados os impactos decorrentes de cada projeto que, depois, podia indicar vários impactos. Ficaram, assim, registados 497 impactos, correspondendo a uma média de 2,65 impactos por projeto. Pedia-se especificamente uma descrição de cada impacto, com base na qual a equipa ODSlocal associou a esse impacto uma meta das 169 metas dos 17 ODS. Optou-se por associar apenas a meta que, em função da descrição do impacto, podemos identificar como a mais diretamente impactada, independentemente de poder haver impactos menores noutras metas.

Figura 10 – Impactos (n) dos projetos PBS por ODS



Fonte: elaboração própria a partir dos projetos recenseados

Os resultados, em termos de número de impactos em cada ODS e em cada uma das suas metas, estão representados na Figura 10. Ao olhar para os ODS mais impactados, destacam-se o ODS 10-Reduzir as Desigualdades (145 impactos, 29,2% do total) e o ODS 3-Saúde de Qualidade (n=139; 28% do total).

Seguem-se, também destacados, o ODS 4-Educação de Qualidade (n=70, 14,1%), o ODS 11-Cidades e Comunidades Responsáveis (n=42; 8,4%). Note-se que no conjunto representam quase 80% dos impactos dos projetos PBS declarados no portal ODSlocal. Seguem-se dez ODS que receberam um número reduzido ou muito reduzido de impactos e, por fim, três que não receberam qualquer impacto: ODS 7-Energias Renováveis e Acessíveis, ODS 13-Ação Climática e ODS14-Proteger a Vida Marinha.

A comparação destes resultados com os relativos aos contributos dos projetos para os 17 ODS (Figuras 7 e 8) revela que o ODS que mais impactos recebe (o da Redução das Desigualdades) foi o nono para que mais projetos contribuíssem (com uma intensidade de contributos média). Esta grande diferença de uma lista para outra pode estar relacionada com o entendimento prevalecente entre os respondentes sobre o que são contributos e o que são impactos, ou até com uma interpretação mais subjetiva ou esquivas destes conceitos. No entanto, o que se afigura mais provável é que no caso dos impactos, em que era pedida uma descrição sumária de cada um deles, na base da qual esteve a sua associação a uma meta e respetivo ODS pela equipa ODSlocal, se obtenha um resultado diferente devido a ser decorrente de uma apreciação técnica sobre a relação entre os resultados do projeto e os ODS. No entanto, o facto de o ODS 3 e o ODS 4 surgirem também destacados entre os mais impactados mostra que não há um grande desalinhamento entre estas duas maneiras de perceber como os projetos do PBS se relacionaram como os ODS da Agenda 2030 da ONU.

Quando olhamos para os impactos meta a meta (Figura 11), surgem muito destacadas as metas 10.2-Promover a inclusão social, económica e política universal (135 impactos, 28,7% do total) e 3.4-Reduzir a mortalidade por doenças não transmissíveis e promover a saúde mental (118 impactos, 23,7%), que são alvo, cada uma delas, da esmagadora maioria dos impactos dos ODS 10 e ODS 3, os dois que de longe se destacam neste indicador. Isto revela de um modo mais preciso como os projetos do PBS contribuíram para os ODS, pois estas duas metas representam mais de metade dos impactos declarados pelos projetos registados no Portal ODSlocal. Trata-se, genericamente, de inclusão e de saúde, ambas em sentido lato.

Figura 11 – Metas dos ODS mais impactadas pelos projetos PBS



Fonte: elaboração própria a partir dos projetos recenseados

Quanto aos outros dois ODS que receberam um importante número de impactos (ODS 4 e ODS 11), estes surgem mais dispersos pelas suas diversas metas. Mas no caso de alguns dos ODS que foram objeto de um menor número de impactos, eles concentraram-se numa das suas metas. Foi o que aconteceu com ODS 1: 15 impactos, 12 dos quais na Meta 1.4-Igualdade de acesso à propriedade, serviços básicos, tecnologia e

recursos económicos. Outras metas cujo número de impactos recebidos se destaca por ser elevado são a 4.7-Educação para promover o desenvolvimento e a cidadania global e a 4.4-Aumentar o número de pessoas com as habilitações relevantes para o sucesso, mostrando que o peso do ODS 4-Educação de Qualidade nos impactos e, sobretudo, nos contributos recebidos dos projetos PBS decorre muito da lógica de inclusão e desenvolvimento subjacente aos objetivos deste programa.

4.1. A distribuição territorial dos impactos

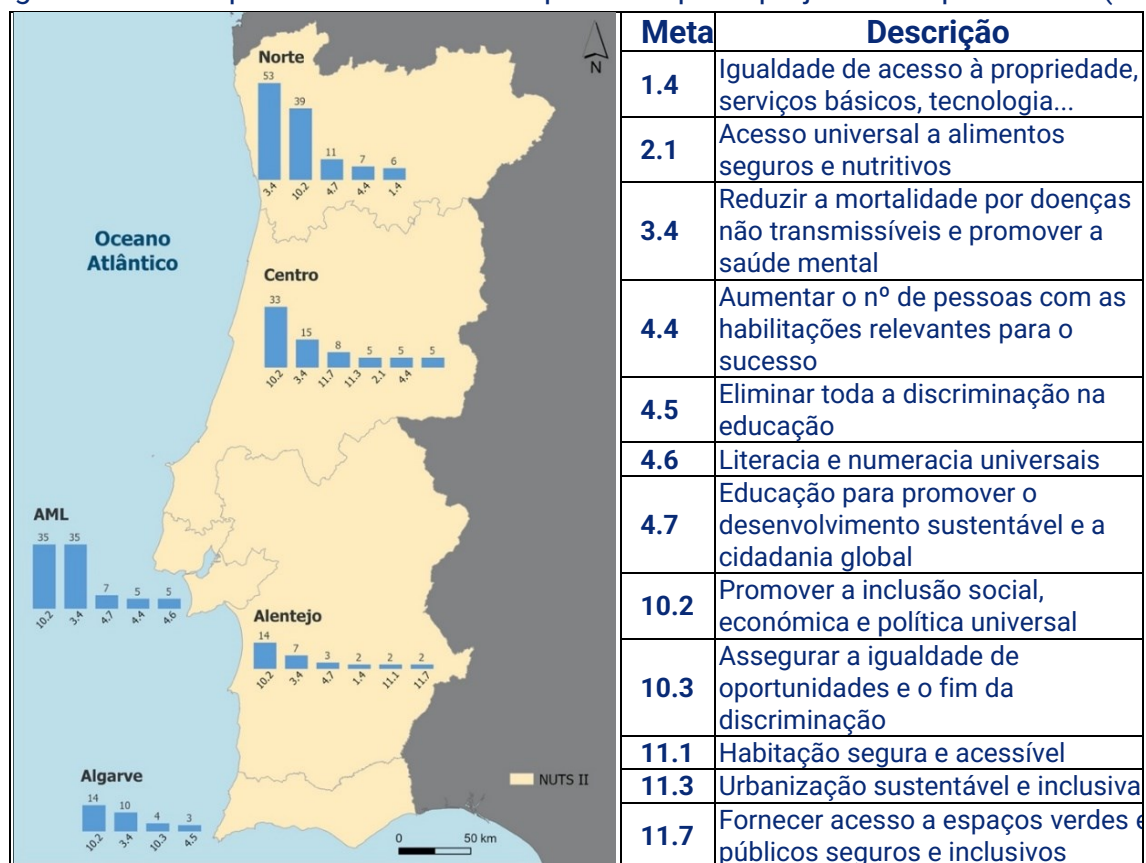
Além de identificar os principais ODS impactados, e respetivas metas, optou-se também por cartografar a sua distribuição territorial, por NUTS II e por NUTS III (que correspondem às Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas). A Figura 12 mostra que os impactos totais dos projetos apoiados pelo PBS se distribuem por todas as NUTS II de Portugal continental, com um peso relativo que não se afasta muito dos respetivos pesos demográficos no conjunto do país.

Quando se observa a distribuição das metas mais impactadas em cada NUTS II, constata-se que há uma grande coincidência com a sequência das metas mais impactadas no conjunto do território (Figura 10). Assim, a meta mais impactada em Portugal continental (10.2) é também a mais impactada em quatro das suas cinco NUTS II.

A exceção é o Norte, onde a meta mais impactada é a 3.4-Reduzir a mortalidade por doenças não transmissíveis e promover a saúde mental, que ao nível do Continente está em segundo lugar; mas em todas as restantes NUTS II esta é a segunda mais impactada. Nas posições seguintes surgem, nas diversas regiões, metas que por vezes estão entre as mais impactadas no conjunto do território (casos das metas 1.4, 4.7 e 4.4), mas por vezes também metas com pouco peso no total. Isto mostra alguma variabilidade regional dos impactos nas diferentes metas, se bem

que inseridas numa tendência de fundo de alinhamento com a tendência geral.

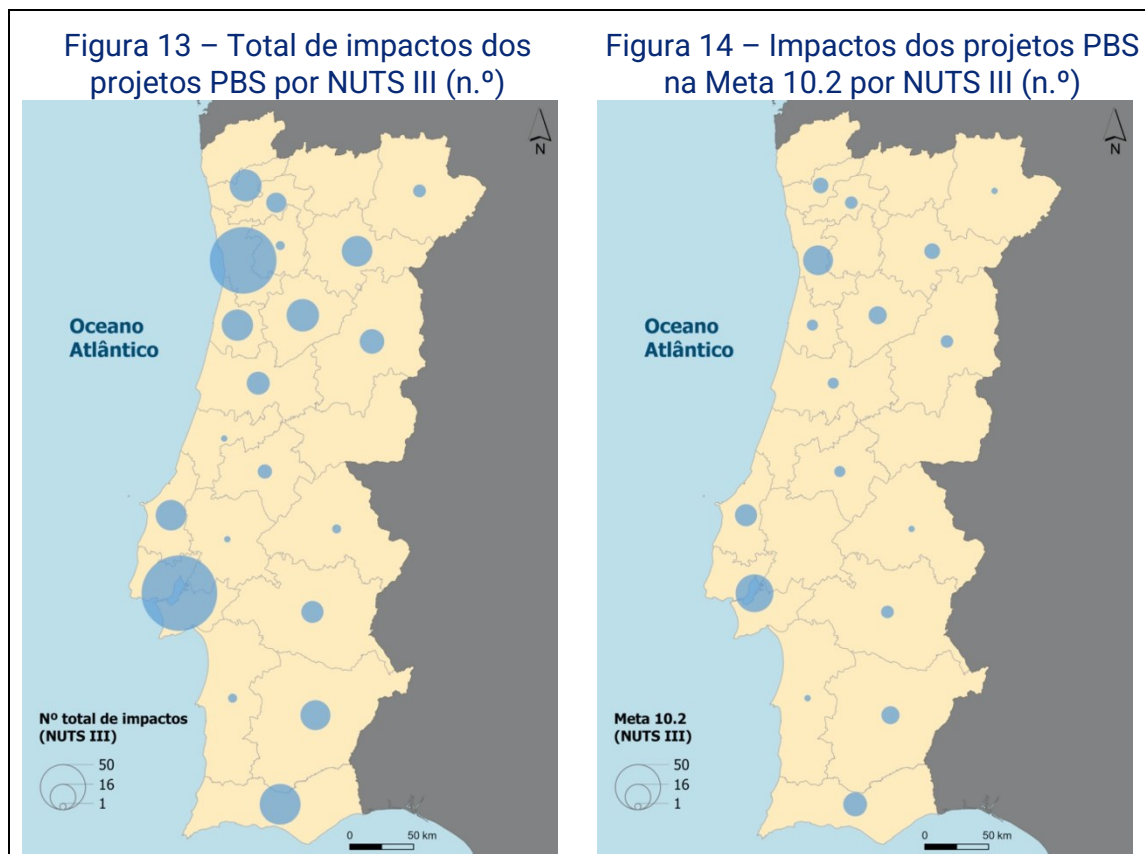
Figura 12 – Principais metas dos ODS impactadas pelos projetos PBS por NUTS II (n.º)



Fonte: elaboração própria a partir dos projetos recenseados

A distribuição dos impactos por sub-regiões NUTS III (Figura 13) segue também as linhas gerais do mapa das densidades sociodemográficas ao nível do país e a distribuição dos projetos PBS por NUTS III (Figura 2.3). O aspeto mais revelador deste mapa é que em três NUTS III não houve projetos com qualquer impacto – na Beira Baixa, no Alto Tâmega e no Alto Minho. Esta última e a Região de Leiria são aquelas em que os projetos PBS e seus impactos surgem sem expressão, face à sua densidade sociodemográfica. Por outro lado, algumas regiões do interior, como o Vale do Douro, a Beira Alta, o Alentejo Central e o Baixo Alentejo, tiveram um número relativamente elevado de impactos, o que está alinhado com a percentagem de população alcançada pelos projetos (Figura 4). Assim, este mapa mostra também que os projetos apoiados, além de terem uma

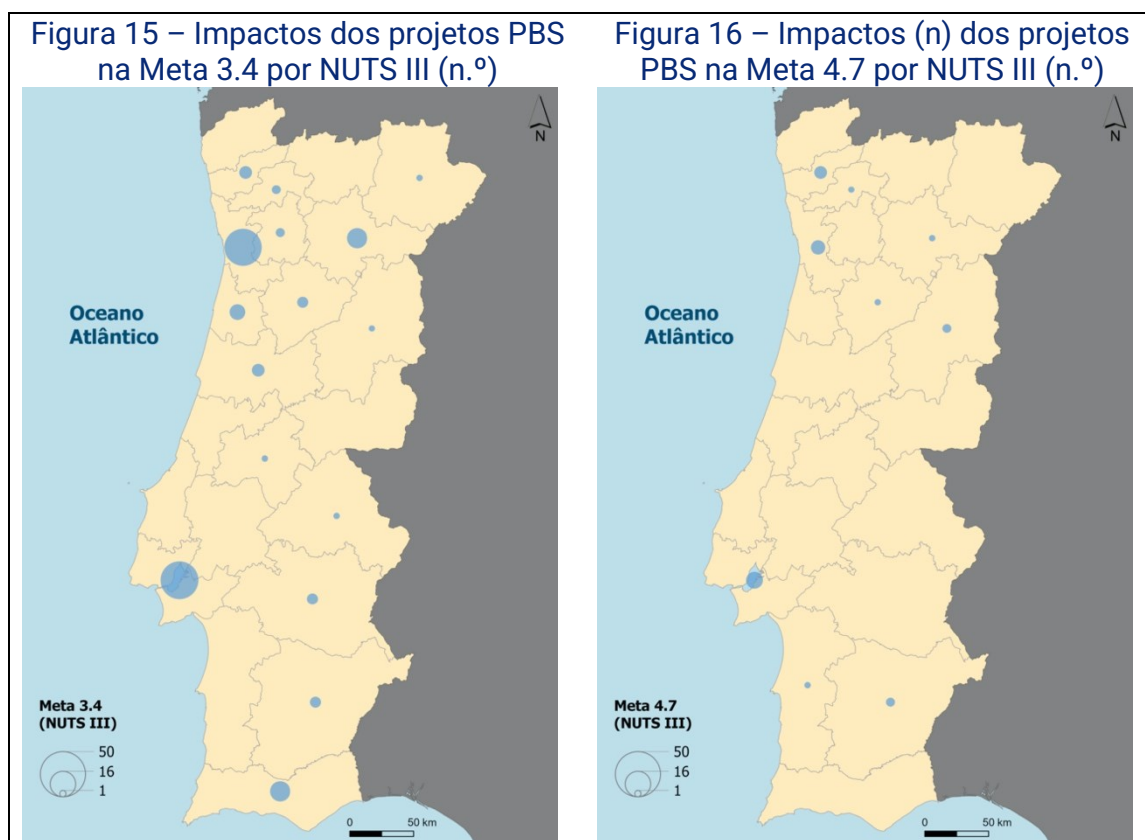
distribuição territorial e um alcance que abrangeram a generalidade do país (não se limitando às zonas mais dinâmicas e mais urbanizadas), também tiveram impactos por quase todo o território.



Fonte: elaboração própria a partir dos projetos recenseados

Adicionalmente, quando se observa os mapas da distribuição por NUTS III de cada uma das três metas mais impactadas no conjunto do território, constata-se que as duas primeiras (10.2 e 3.4, figuras 14 e 15) seguem aproximadamente o padrão geral do total de impactos. Por outro lado, o mapa relativo à terceira meta mais impactada (Meta 4.7, Figura 16) mostra que a sua reduzida expressão faz com que não haja uma leitura a esta escala territorial, exceto a de que tem alguma expressão nas áreas metropolitanas e no Minho. A principal conclusão é, aqui, que as metas que beneficiaram de mais impactos (10.2-Promover a inclusão social, económica e política universal e 3.4-Reduzir a mortalidade por doenças não transmissíveis e promover a saúde mental) têm uma dispersão

território semelhante à do conjunto dos impactos, bem como à dos projetos e do seu alcance (ver Figura 4).



Fonte: elaboração própria a partir dos projetos recenseados

Esta análise dos impactos, conjugada com as anteriores, aponta para que os projetos do PBS estavam alinhados com os objetivos do programa e que os resultados obtidos também, tendo chegado à generalidade do território. No entanto, alguns territórios não foram abrangidos por projetos e noutros a sua densidade foi muito baixa.

5. Componente participativa do PBS

Coerentemente com a natureza participativa do Programa Bairros Saudáveis (PBS), a sua equipa incentivou a participação dos potenciais interessados e das parcerias executoras dos projetos apoiados nas várias etapas inerentes a um programa desta natureza – da consulta pública inicial até à avaliação final. Este é um aspeto importante do PBS, talvez o mais relevante além da execução física, no terreno, dos projetos aprovados e apoiados.

Esta parte do relatório apresenta e avalia os principais aspetos dessa componente participativa e foi elaborada com base em informação fornecida pelo programa PBS, que nos disponibilizou os dados por si recolhidos sobre a adesão aos vários domínios de participação para os quais foram chamados os potenciais interessados em candidatar-se e os parceiros envolvidos nos 240 projetos aprovados e financiados. Note-se, aliás, que a participação dos moradores e das comunidades locais na elaboração das candidaturas e no desenvolvimento previsto dos projetos a concretizar era um dos seis critérios aplicados na sua avaliação pelo júri independente do PBS.

Houve quatro fases/formas de participação previstas no PBS:

1. Consulta pública
2. Sessões de capacitação
3. Propor, executar e apoiar projetos
4. Prestação de contas e avaliação participativa

5.1. Consulta pública

O projeto de Regulamento do Programa Bairros Saudáveis esteve em consulta pública entre 8 e 27 de setembro de 2020. O *site* do PBS foi a plataforma oficial de publicação de toda a sua documentação para efeitos

de consulta pública e escrutínio cidadão. Nesta fase, a equipa do Programa divulgou-o publicamente e lançou um inquérito participativo *on-line* anónimo dirigido a qualquer cidadão. Foram recebidas mais de 750 respostas, cuja análise consta do Relatório da Consulta Pública (Roseta e Varea Oro, 2020).

Além de pedir contributos sobre os objetivos do Programa, critérios de elegibilidade e critérios de avaliação das candidaturas ao PBS (objeto do seu regulamento), pediu-se também ajuda para a identificação de territórios elegíveis para o Programa. Devido à dificuldade em obter a informação necessária em prazo útil e tendo em conta a natureza participativa do Programa, na consulta pública do projeto de Regulamento, os respondentes foram questionados sobre se moravam, trabalhavam ou conheciam territórios com as vulnerabilidades descritas pelos critérios de elegibilidade. Este contributo, embora sem representatividade estatística, permitiu densificar conhecimento e ajudar as equipas do PBS a testar a difusão do Programa e a sua aplicabilidade em todo o território continental português, seja urbano, periurbano, rural ou misto.

Adicionalmente, foram utilizadas para fins de consulta pública quatro sessões de esclarecimento dirigidas às cinco áreas regionais do Programa, por videoconferência (devido ao contexto de pandemia COVID-19), com acesso direto até 100 pessoas, potenciando o acesso a mais pessoas através da transmissão simultânea na página Facebook do Programa. Estas sessões foram promovidas pela equipa de coordenação nacional do PBS e tiveram o apoio das equipas regionais. No conjunto das quatro sessões, participaram 366 pessoas, de que resultaram com um total de 134 contributos, na forma de comentário ou questões respondidas (Roseta e Varea Oro, 2020, p. 15).

Foi também criada uma caixa de correio eletrónico para recolher contributos sobre o projeto de Regulamento em consulta pública, divulgado no aviso da consulta e no *site* do Programa. Foram recebidos 26 emails, cuja análise permitiu classificá-los, de acordo com o seu conteúdo, da seguinte forma:

- 17 Contributos concretos sobre o projeto de Regulamento
- 3 Questões para esclarecer
- 3 Ideias para projetos
- 2 Identificações de território potencialmente elegível
- 1 Desabafo

Houve ainda três sessões via Zoom para parceiros do programa:

1. Redes CLAIM, GIP Imigrante e Programa Escolhas
2. Ativistas e associações de migrantes, refugiados e comunidade cigana
3. Entidades, organizações e associações que operam na cidade de Lisboa

E também cinco debates (uns por Zoom, outros presenciais), a pedido de entidades de natureza diversa.

Em resultado dos contributos sobre o projeto de Regulamento, a versão inicial foi alterada em oito dos seus dez capítulos originais, tendo inclusive sido criado um capítulo novo, passando o total do Regulamento a onze capítulos. Nalguns capítulos foram alterados vários artigos. A lista de alterações está disponível no Anexo F do já referido Relatório de Consulta Pública. Este é um aspeto muito importante do processo participativo, pois atesta que a consulta pública produziu efeitos importantes no Regulamento e, por essa via, no PBS em geral.

Em síntese, da consulta pública resultaram:

- 750 respostas aos inquéritos *on-line*
- 366 participações em sessões de esclarecimento

- 134 contributos com origem nas em sessões de esclarecimento
- 26 contributos escritos por e-mail

A conjugação destes dados com os contributos substantivos que deram para a ajudar na identificação de territórios elegíveis para o Programa e para a forma assumida pelo seu Regulamento permite perceber que a consulta pública foi muito bem-sucedida, refletindo-se numa melhoria do PBS.

5.2. Sessões de capacitação

Esta componente do PBS realizou-se logo no seu lançamento, como seria de esperar, mais especificamente na fase de apresentação de candidaturas (de 29 de outubro a 2 de dezembro de 2020). A maioria das sessões de capacitação realizou-se *on-line*, devido ao contexto de restrição do contacto social decorrente da pandemia de COVID-19; decorreram por Zoom com transmissão na página Facebook do PBS. Destinaram-se essencialmente a ensinar a elaborar candidaturas de acordo com o regulamento do PBS, sendo à partida prevista a colocação de dúvidas e pedidos de esclarecimento por parte da assistência.

Foram realizadas cinco sessões de capacitação dirigidas às cinco áreas regionais do Programa (Região Norte, Região Centro, Região de Lisboa e Vale do Tejo e uma conjunta para as Regiões do Alentejo e do Algarve). E também duas sessões dirigidas a públicos mais específicos, como imigrantes ou toxicodependentes, por vezes promovidas por entidades ligadas a esses públicos. Foi esse o caso de uma sessão promovida pelo SICAD-Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, dirigida aos parceiros do PORI-Programa Operacional de Respostas Integradas. E também de uma sessão promovida pela equipa da CCDDR-LVT, dirigida a entidades, organizações e associações com atividade na cidade de Lisboa e colaboração do município.

Em resultado destas sessões, a equipa do PBS disponibilizou no seu *site* uma área com as respostas às perguntas colocadas mais frequentemente durante as sessões de esclarecimento realizadas, organizadas pela sequência em que elas se revelam mais úteis para a elaboração e submissão das candidaturas. Esta área parece-nos uma ferramenta muito útil para os potenciais interessados em elaborar candidaturas.

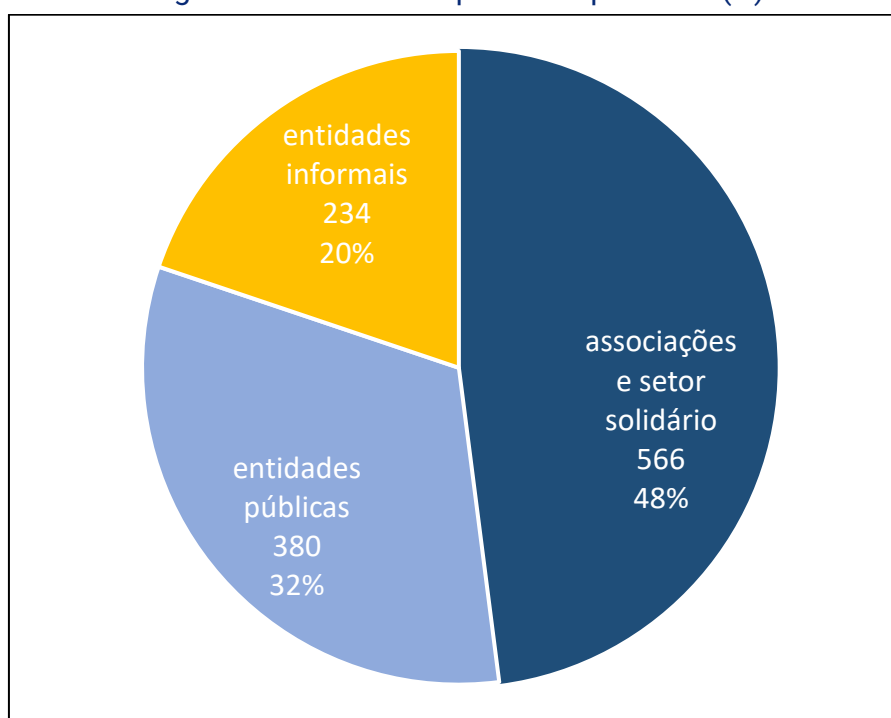
No total realizaram-se 14 sessões de esclarecimento, em relação às quais não temos dados sobre a participação dos destinatários. Elas terão, sem dúvida, dado um contributo importante para que tenham sido apresentadas candidaturas em linha com os objetivos do Programa. Visto que este se dirigia a áreas com défices socioeconómicos e urbanísticos de várias naturezas, e que por isso tinham provavelmente populações com mais dificuldades de literacia e organização, era importante que os interessados tivessem acesso a indicações claras sobre o que se pretendia das candidaturas e sobre o modo adequado de as organizarem.

Note-se que o Regulamento previa a possibilidade da existência de mentores para apoio à apresentação de candidaturas e ao desenvolvimento de projetos aprovados. Para isso, seria criada uma bolsa de mentores, através de inscrição num formulário de mentores. Os candidatos que fossem contactados pela equipa PBS teriam depois de frequentar uma breve formação, que lhes permitia apresentar-se como mentores. Qualquer pessoa podia oferecer-se para ser mentor, sem que a sua eventual atividade junto das equipas de candidatura/projetos desse direito a remuneração. A equipa de coordenação do PBS garantia o enquadramento dos mentores e o encaminhamento da oferta de mentores para os pedidos de apoio que viessem a ocorrer, em função das respetivas capacidades, áreas temáticas preferenciais e disponibilidade. Contudo, não é pública informação sobre o número de voluntários e as suas eventuais atividades.

5.3. Promotores dos projetos apoiados

O PBS foi concebido como um programa de pequenas intervenções que apoiava projetos apresentados por parcerias locais, formadas por, pelo menos, uma entidade promotora do setor social e solidário (associações, coletividades, organizações não governamentais, IPSS, fundações, grupos informais ou voluntários individuais) e uma entidade parceira, que poderia ser pública, privada ou não lucrativa (autarquias locais, autoridades ou serviços locais de saúde, centros locais de apoio à integração de migrantes, instituições de ensino público ou cooperativo ou outras entidades públicas). Esta sua característica é a essência da natureza participativa desta iniciativa, que num período muito curto conseguiu uma mobilização e um impacto assinaláveis, um pouco por todo o país, como vimos acima.

Figura 17 – Entidades parceiras por setor (%)



Fonte: Programa Bairros Saudáveis

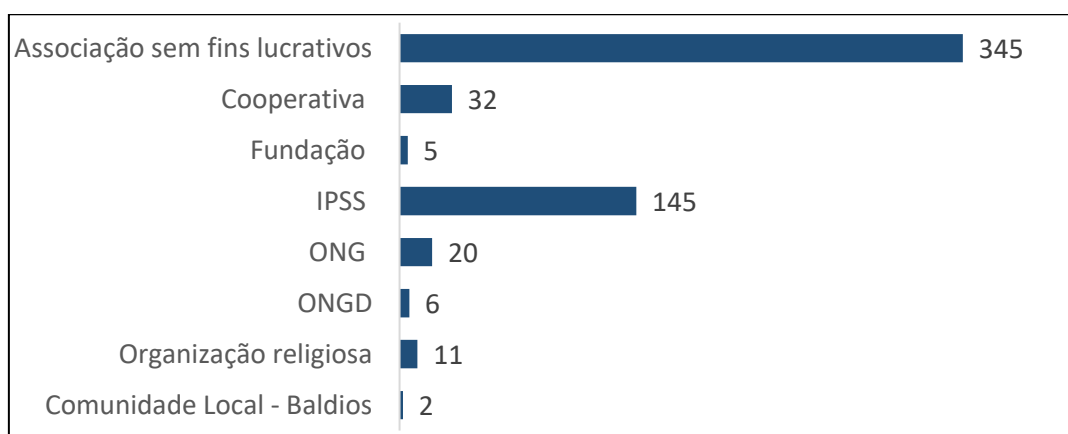
As parcerias locais que podiam propor candidaturas tinham de ter no mínimo duas entidades – uma promotora e outra parceira. A entidade

promotora tinha de se inserir na tipologia das entidades do setor social e solidário. Por seu lado, as entidades parceiras podiam ser públicas ou privadas de natureza não lucrativa.

Foram recebidas 774 candidaturas, das quais 752 foram admitidas a concurso e 246 aprovadas para financiamento, com execução dos projetos no período de outubro de 2021 a outubro de 2022. O conjunto das candidaturas aprovadas envolveu um total de 1180 entidades, repartidas entre associações e setor solidário, entidades públicas e entidades informais (Figura 17).

O peso muito forte das associações e setor solidário (48%) e das entidades informais (19,8%), que no total excede os dois terços do total de entidades parceiras, mostra o sucesso do PBS na mobilização de participantes com características coerentes com o seu objetivo fundamental de empoderamento de pessoas e comunidades residentes ou organizações intervenientes em territórios vulneráveis. Isto porque, naturalmente, é sobretudo através do setor social e solidário e dos grupos informais que estas populações se podem organizar e participar na vida local.

Figura 18 – Tipologia das entidades do setor solidário envolvidas nos projetos

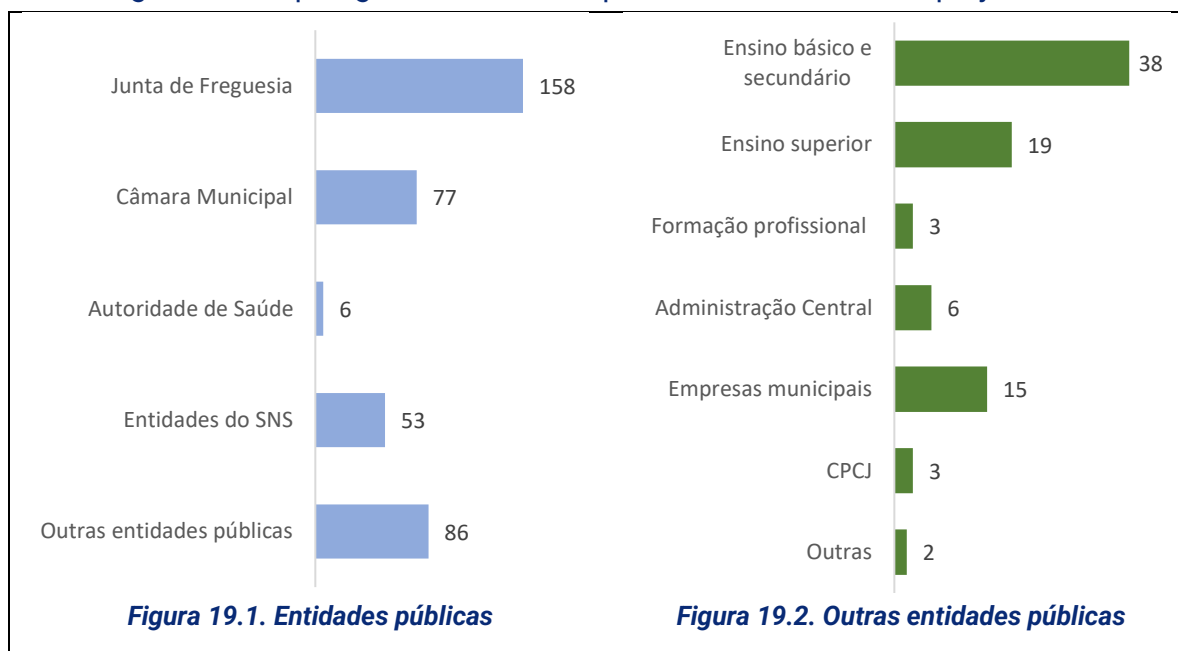


Fonte: Programa Bairros Saudáveis

Esta ideia é corroborada quando se olha para a tipologia das entidades do setor social envolvidas nos projetos apoiados pelo PBS (Figura 18), em que

se regista um peso muito forte das associações sem fins lucrativos (345, ou seja, 61% num total de 566), em detrimento de outros tipos de entidades que normalmente têm uma dimensão e organização mais consentâneas com a profissionalização dos seus elementos, como é o caso das cooperativas, fundações ou IPSS.

Figura 19 – Tipologia das entidades públicas envolvidas nos projetos



Fonte: Programa Bairros Saudáveis

Por outro lado, a natureza das entidades públicas parceiras dos projetos apoiados permite constatar tratar-se de essencialmente de entidades de âmbito local, como seria de esperar (Figura 19). Surgiram, sobretudo, juntas de freguesia – as entidades públicas de maior capilaridade na sociedade, e que por isso mais estão presentes ao nível dos bairros e têm maior proximidade aos cidadãos. Mas houve igualmente um peso importante de câmaras e empresas municipais, bem como de escolas básicas e secundárias, todas elas entidades que atuam ao nível local. Note-se também o importante peso de entidades do Serviço Nacional de Saúde, em linha com a ideia de “bairros saudáveis”.

5.4. Prestação de contas e avaliação participativa

Dado o carácter de participação popular que o PBS visou, conjugado com o facto de se dirigir a áreas carenciadas, em que a população tende a ter níveis reduzidos de capacitação técnico-administrativa, era importante assegurar que as entidades promotoras e parceiras dos projetos apoiados estariam na posse dos conhecimentos adequados para a gestão dos projetos e para as tarefas de reporte necessárias.

Assim, ainda antes do início da fase de execução dos projetos – entre junho e julho de 2021 – houve um conjunto de sessões de formação com vista à capacitação dos responsáveis pelos projetos para a prestação de contas. Um primeiro ciclo de cinco sessões ocupou-se da formação em comunicação e um outro ciclo de cinco sessões da formação para a gestão dos projetos (ver Quadro 6). Ambos decorreram *on-line*, por Zoom, dirigidos a cada uma das cinco áreas regionais em que o PBS se estruturou: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. A assistência média foi de 40 pessoas por sessão.

No início da execução dos projetos, em outubro de 2021, houve seis sessões de esclarecimento *on-line*, também por Zoom. Dirigiram-se a cada uma das cinco regiões acima referidas, mas para a região de Lisboa e Vale do Tejo houve duas sessões, uma só para projetos de Lisboa e Sintra, outra só para os dos outros municípios, e tiveram uma assistência média de 70 pessoas por sessão. Logo em janeiro de 2022, tendo em vista o primeiro relatório de prestação de contas, houve um novo ciclo de seis sessões de esclarecimento, com a mesma organização e uma assistência média de 80 pessoas por sessão. E em maio um novo ciclo de seis sessões para correção de erros dos documentos entretanto preparados, com as mesmas características das anteriores e uma assistência média de 50 pessoas; um guia prático de correção de erros foi disponibilizado no *site* do PBS.

Quadro 6 – Participação nas sessões de formação para execução dos projetos e prestação de contas

<i>Data</i>	<i>Objeto</i>	<i>Modalidade</i>	<i>Assist. média (n.º)</i>
Jun 2021	Preparação de prestação de contas	5 sessões on-line	40
Jul	Preparação de prestação de contas	5 sessões on-line	40
Out	Esclarecimento para arranque dos projetos	6 sessões on-line	70
Jan 2022	1º relatório de prestação de contas	6 sessões on-line	80
Mai	1º relatório de prestação de contas – correção de erros	6 sessões on-line	50
Jun e jul	Fóruns regionais dos Bairros Saudáveis	5 sessões presenciais	80
Agt e set	2º relatório de prestação de contas – novas ferramentas e penalizações	2 sessões on-line	90
Set	ODS e avaliação colaborativa – 1ª fase	1 sessão on-line	n. d.
Dez	2º relatório de prestação de contas – correção de erros	4 sessões on-line	120
Abr 2023	Relatório final de atividades	3 sessões on-line	60
Mai e jun	Bairros Saudáveis prestam contas (sessões públicas)	3/4 sessões presenciais	80

Fonte: Programa Bairros Saudáveis

O passo seguinte que envolveu a participação dos projetos apoiados foram os Fóruns Regionais dos Bairros Saudáveis, entre junho e julho de 2022, para avaliação do trabalho feito, propostas para o futuro e introdução à avaliação dos contributos dos projetos apoiados para os ODS, tendo já em vista a recolha de informação para a realização do presente relatório. Passada a fase de restrição severa do contacto social devido à pandemia de COVID-19, os cinco fóruns realizados decorreram presencialmente. Estiveram presentes representantes, em média, de 80% dos projetos de

cada uma das regiões acima referidas. Cada projeto podia ter mais do que um participante direto, quer das entidades promotoras quer das entidades parceiras.

A etapa seguinte, em agosto e setembro, foi a preparação para o segundo relatório de prestação de contas, com duas sessões *on-line*, tendo sido disponibilizado vários materiais de apoio, incluindo um guia para as despesas de recursos humanos. Em dezembro houve quatro sessões dedicadas à correção de erros. Pelo meio, houve uma nova sessão sobre a avaliação colaborativa do contributo dos projetos apoiados pelo Programa para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – que permitiu recolher a informação para o presente relatório. Finalmente, já em abril de 2023, decorreram *on-line* as sessões de esclarecimento sobre o relatório final de atividade dos projetos, para o qual foi também disponibilizado um guia prático de correção de erros.

Com base na informação do Quadro 6, constata-se que houve 11 momentos diferentes em que os projetos apoiados foram chamados para receber formação e esclarecer dúvidas sobre os procedimentos nas várias etapas de prestação de contas e avaliação participativa, no período de dois anos em que decorreu a seleção das candidaturas, a execução dos projetos e os procedimentos de reporte e avaliação. Estes 11 momentos que envolveram a participação das equipas dos projetos apoiados desdobraram-se em 47 sessões, com uma participação que, a partir da informação disponibilizada pelo PBS, se pode estimar em cerca de 3.000 participações de representantes dos projetos apoiados.

Atendendo ao curto período em que tudo aconteceu e às restrições de contacto social em vigor durante grande parte dele, a equipa da Plataforma ODSlocal que procedeu a esta avaliação considera plenamente alcançado o objetivo de mobilização participativa que estava na base do PBS.

6. Notas finais

Uma noção adequada de saúde comunitária – e políticas consequentes – exige que cada um olhe para além de si próprio e assuma uma atitude consonante com a promoção geral de estilos de vida saudáveis para, globalmente, proteger a comunidade, num diálogo profícuo entre a perspetiva naturalista da saúde biológica individual e a perspetiva holística inerente à saúde coletiva. Note-se que a saúde das comunidades locais – em especial as constituídas por grupos sociais vulneráveis e/ou mais estigmatizados – depende da consideração de condicionalismos e contextos sociais e da cadeia de efeitos e contra efeitos que decorrem da sua condição sistémica (Guerra e Madeira, 2023).

O facto de os projetos aprovados para financiamento envolverem maioritariamente entidades do setor solidário e entidades informais (80% num total de 1180; Figura 12) é só por si um indicador de que o PBS conseguiu mobilizar o tipo de organizações e de população para o qual foi concebido e que estão em posição de contribuir para a saúde do ponto de vista comunitário e holístico. Isto foi confirmado pelo mapeamento dos projetos executados no portal ODSlocal, pois mais de metade dos seus promotores são associações (101, correspondentes a 54% do total), a que se seguem IPSS (28,7%) e ONG (12,7%). Esta composição mostra que o programa conseguiu uma importante disseminação dos seus objetivos pelo tecido social.

Por outro lado, a distribuição dos projetos (Figura 2) pelo território mostra que a sua forte concentração nas áreas de maior densidade do país não impediu que tivesse havido também uma importante penetração em áreas do interior. Isto é evidente na dispersão de projetos no Norte interior e na Beira Alta, mas também na sua presença no Baixo Alentejo, sendo nestas áreas que se alcançou uma maior taxa de penetração em relação à

população total (Quadro 1). A execução dos 188 projetos mapeados no portal ODSlocal alcançou aproximadamente 97 mil pessoas, sendo que o total de 240 projetos apoiados alcançou em torno de 145 mil.

Em termos das principais dimensões em que os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão agrupados, constatou-se que quase todos os projetos contribuíram para a dimensão Pessoas, perto de três quartos contribuíram para a dimensão prosperidade e mais de metade para a dimensão Planeta (Quadro 2), sendo que esses contributos tiveram maior intensidade para os ODS da dimensão Pessoas. Correspondendo a dimensão Pessoas à dimensão social do conceito de desenvolvimento sustentável – e, por isso, inclui o ODS 3-Saúde de Qualidade – a sua proeminência entre os contributos dos projetos apoiados pelo PBS corresponde a uma dessintonia desses projetos com os objetivos do programa, que quis associar a saúde pública à melhoria do habitat, das condições ambientais e da qualidade de vida das populações ao nível local.

Aliás, ao olharmos para os contributos dos projetos especificamente para cada ODS (Figura 7), constatamos sem surpresa que o ODS 3-Saúde de Qualidade foi o que reuniu contributos de mais projetos, acima de 90%, seguindo-se o ODS 4-Educação de Qualidade (teve contributos de 85,1% dos projetos) e, quase a par, o ODS 1-Eradicar a Pobreza (73,9%), e o ODS 16-Paz, Justiça e Instituições Eficazes (73,4%); quando é considerada uma variável relativa à intensidade dos contributos (Figura 8), a sequência é semelhante. O aspeto de algum modo pouco surpreendente (dada a natureza e objetivos do PBS) é que os contributos para os ODS relativos à qualidade ambiental foram relativamente baixos.

Outro aspeto interessante dos contributos dos projetos PBS para os ODS é que não se registou um número relevante de casos em que os

contributos positivos para um ODS fossem acompanhados de contributos negativos para outro (Quadro 3). Isto poderia ter acontecido porque a natureza muito diversa dos 17 ODS, que abrangem a generalidade dos domínios da vida socioeconómica e ambiental, pode facilmente levar a que um contributo positivo num domínio possa implicar um contributo negativo noutra. Por outro lado, para além da plurisubjetividade inerente a mais de 100 proponentes, culturalmente não estaremos habituados a pensar/valorizar os impactos negativos. Ou seja, estes resultados podem estar a mostrar que os proponentes subvalorizaram os impactos negativos dos seus projetos e não a sua inexistência.

A análise de componentes principais (ACP) revelou que tendo em conta o principal fator que explica a variância dos contributos para os vários ODS (quase um terço do total) os ODS com maior influência (dado pelo valor de correlação) são os ODS 13-Ação Climática, ODS 15-Proteger a Vida Terrestre e ODS 12-Produção e Consumo Sustentáveis e ODS 17- Proteger a Vida Marinha (Quadros 4 e 5). Isto mostra que um relativamente reduzido número de projetos que contribuiu para os ODS relativos às condições ambientais são os que explicam a principal diferenciação entre o conjunto total de contributos dos projetos para os 17 ODS.

Foi igualmente utilizada uma outra métrica que ajuda a monitorizar os ODS que mais beneficiaram do Programa Bairros Saudáveis com base no mapeamento de impactos decorrentes de cada projeto. Isto permitiu associá-los não só aos 17 ODS, mas também às respetivas metas previstas na Agenda 2030. Aqui os resultados são um pouco diferentes dos relativos aos contributos para os ODS, mas o ODS 3-Saúde de Qualidade mantém-se em primeiro plano: os mais impactados foram os ODS 10-Reduzir as Desigualdades (145 impactos, 29,2% do total) e o ODS 3 – Saúde de Qualidade (n=139; 28% do total). A análise dos resultados por metas revela obviamente um alinhamento com os principais ODS

impactados pelos projetos PBS: surgem muito destacadas as metas 10.2-Promover a inclusão social, económica e política universal (135 impactos, 28,7% do total) e 3.4-Reduzir a mortalidade por doenças não transmissíveis e promover a saúde mental (118 impactos, 23,7%).

A distribuição dos impactos no território mostra que à escala das NUTS II ela aconteceu com um peso relativo que não se afasta muito dos respetivos pesos demográficos no conjunto do país nem da distribuição dos projetos PBS por NUTS II (Figura 2.2), estando a meta 3.4 sempre entre as duas primeiras em cada uma destas regiões. No caso das NUTS III, os projetos apoiados, além de uma distribuição territorial e um alcance que abrangeu a generalidade do país, também tiveram impactos por quase todo o território nacional. Note-se que algumas regiões do interior, como o Vale do Douro, a Beira Alta, o Alentejo Central e o Baixo Alentejo, tiveram um número relativamente elevado de impactos, o que está alinhado com a percentagem de população alcançada pelos projetos. Isto mantém-se válido para a meta 3.4, relativa à saúde de qualidade e, por isso, a mais central em relação aos objetivos do PBS.

A natureza participativa do PBS implicava, naturalmente, um esforço da equipa do Programa no sentido de mobilizar os potenciais interessados e as parcerias executoras dos projetos apoiados a participar nas várias etapas inerentes a um programa desta natureza. Todas essas etapas tiveram uma participação muito significativa, que destacamos de seguida.

Durante a consulta pública sobre os objetivos e o Regulamento do programa, foram recebidas mais de 750 respostas ao inquérito realizado, cuja análise consta do Relatório da Consulta Pública (Roseta e Varea Oro, 2020). Adicionalmente, a consulta pública beneficiou de quatro sessões de esclarecimento organizadas por regiões e de outras três dirigidas a parceiros do OPBS; e ajudou a selecionar os territórios elegíveis para o

PBS. Isto corrobora a importância da dimensão participativa logo na estruturação do Programa.

Houve também um programa de sessões de capacitação, que envolveu 14 sessões de esclarecimento e levou à disponibilização no *site* do PBS de uma área com as respostas às perguntas colocadas mais frequentemente. O elevado número de projetos candidatados (mais de 750) e aprovados (246, dos quais se executaram 240) é por si uma prova de que foi alcançada uma importante mobilização e participação logo de início, que se manteve nas etapas seguintes. Isto constata-se pela elevada adesão às sessões de formação para execução dos projetos e prestação de contas (Quadro 6).

Note-se que em dois anos a equipa do PBS criou 11 momentos com sessões em que os responsáveis pelos projetos foram chamados a participar, quer para receberem apoio quer para emitirem opinião sobre o curso do PBS e seus resultados. No total, foram 47 sessões com próximo de três mil participantes.

O que foi exposto mostra que o PBS gerou contributos importantes para os vários ODS, alinhados com os seus grandes objetivos, tendo envolvido um número importante de pessoas diretamente e dado origem a projetos que impactaram, de algum modo, mais de 100 mil pessoas. Isto é, obviamente, conseguido porque houve uma mobilização forte, acompanhada da participação adequada dos envolvidos nas várias etapas do PBS.

O PBS centrou a sua ação justamente na promoção da saúde numa perspetiva holística ligada às comunidades, o que está aliás de acordo com a ideia de que “a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”,

expressa no preâmbulo do documento de constituição da Organização Mundial de Saúde (WHO, 1946).

O facto de ter contributos importantes para um conjunto alargado de ODS mostra que o PBS respondeu com sucesso aos reptos holísticos da saúde, numa perspetiva que se aproxima da mesma ideia presente na Agenda 2030 da ONU. Isto permite-nos fazer uma avaliação muito positiva da conceção, execução e resultados alcançados por este programa, que conseguiu um alinhamento adequado com os ODS em geral e com o da saúde em particular (ODS 3).

7. Referências

CMAD (1987). O Nosso Futuro Comum – Relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento. Lisboa: Meribérica

Guerra, João; e Madeira, Paulo Miguel (2023), “Saúde e sustentabilidade numa calha comum: o caso do Programa Bairros Saudáveis”. Blogue SHIFT, do Grupo de Investigação SHIFT-Ambiente, Território e Sociedade do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. <https://ambienteterritoriosociedade-ics.org/2023/09/13/saude-e-sustentabilidade-numa-calha-comum-o-caso-do-programa-bairros-saudaveis/>

Guerra, João; Schmidt, Luísa; Brito Lourenço, Luiz (2019). "From Local Agenda 21 to a localized Agenda 2030 – the Portuguese and Brazilian cases in perspective". Community Development: Journal of the Community Development Society, 50 (3), pp. 352-367. ISSN 1944-7485, ISSN 1557-5330, DOI: <https://doi.org/10.1080/15575330.2019.1599405>.

Guerra, João; Brito Lourenço, Luiz (2018). "The 2030 Agenda: trends of transition toward sustainability". In Changing societies: legacies and challenges. The diverse worlds of sustainability, 55-87. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais.

Pallant, Julie (2007). SPSS Survival Manual – A Step by Step Guide to Data Analysis using SPSS for Windows (third edition). McGraw Hill, Open University Press.

Roseta, Helena, e Varea Oro, Aitor (2020), Relatório da consulta pública do projeto de Regulamento. Lisboa: Programa Bairros Saudáveis. Disponível em <https://www.bairrossaudaveis.gov.pt/participar/consulta-publica/,000032/index.htm>

Regulamento do Programa Bairros Saudáveis. Despacho n.º 8391/2021. <https://files.diariodarepublica.pt/2s/2021/08/165000000/0001500036.pdf>

UN General Assembly. (2015). Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>

WHO (1946). Constitution of the World Health Organization. New York: WHO, <https://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf>

Anexo

**Formulário utilizado para o registo no Portal ODSlocal dos apoiados pelo
Programa Bairros Saudáveis**

Formulário para submissão de novo projeto ODSlocal

Os projetos apresentados no Portal ODSlocal devem assinalar que cumprem os seguintes 7 critérios:

Atuais – Que se encontrem em curso e com atividade no último ano.

Regulares – Que sejam constantes (duração de pelo menos 1 ano). Não se pretende mapear eventos pontuais.

Consequentes – Com impacto prático (mensurável) e alinhados com as metas dos ODS.

Sistémicos – Que contribuam positivamente para metas de pelo menos três ODS.

Coletivos – Que representem práticas implementadas por parcerias entre pessoas e entidades. Não se pretende mapear iniciativas individuais.

Bottom-up – Promovidos por atores locais com base no potencial endógeno da região, em oposição a projetos que respondam a normas legais.

Georreferenciáveis – De preferência visíveis e acessíveis ao público, para que possam inspirar outros projetos. Não se pretendem projetos virtuais (ex.: websites).

Os campos do formulário são os seguintes:

SECÇÃO	CAMPO	OBRIGATORIEDADE
Pessoa de contacto	Primeiro nome	
	Último Nome	
	Email	
	Telefone	opcional
Caraterização	Nome do Projeto	
	Município	
	Morada	
	Localidade	
	Código postal	
	Coordenadas geográficas	automático
	Descrição	
	Tipo de promotor	Seleção categoria
	Página web	Opcional
	Vídeo	Opcional
	Rede social	Opcional
	Rede a que pertence	Seleção categoria
	Id externo (PBS)	Opcional
	Nº de pessoas alcançadas	Seleção categoria
	Data de início	
	Palavras-chave	
	Estado de desenvolvimento	Seleção categoria
	Imagens	opcional

Avaliação das Dimensões (-5 a +5)	Planeta	
	Pessoas	
	Prosperidade	
Avaliação dos ODS (-5 a +5)	ODS1	
	ODS2	
	ODS3	
	ODS4	
	ODS5	
	ODS6	
	ODS7	
	ODS8	
	ODS9	
	ODS10	
	ODS11	
	ODS12	
	ODS13	
	ODS14	
	ODS15	
	ODS16	
	ODS17	
Avaliação dos Impactos	Nome do Impacto	opcional
	Descrição	opcional
	Quantidade	opcional
	Unidade	opcional
	Frequência	opcional
	ODS	opcional
	Meta	opcional